

Diário do Legislativo de 23/03/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às quinze horas do dia dois de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Alencar da Silveira Júnior, George Hilton e Márcio Cunha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado George Hilton, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidente apresenta uma agenda de trabalhos para 1999, obtendo a concordância de todos, com datas a serem definidas e com os seguintes tópicos: realização de três ciclos de debates, para avaliar os desdobramentos do seminário legislativo sobre turismo, para avaliar o impacto da reabertura dos cassinos em Minas Gerais (proposta do Deputado Alencar da Silveira Júnior) e para a socialização de conhecimentos entre a Comissão e suas congêneres no Congresso Nacional, nas demais Assembléias Legislativas e nos países do MERCOSUL; realização de seminário legislativo sobre o desemprego, visando a propor ações conjuntas entre as classes política, patronal e de trabalhadores, que possam dirimir os efeitos maléficos do problema sobre a sociedade; realização de audiências públicas regionais, visando a estabelecer diálogo permanente entre o Legislativo e a sociedade; mobilização das entidades públicas e privadas, visando a transformar oficialmente o Município de Belo Horizonte na Capital do MERCOSUL; e a análise legal e regimental que permita a participação permanente, nas reuniões da Comissão, de representantes legais dos sindicatos patronais e de trabalhadores. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - George Hilton - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre o veto total à proposição de lei nº 13.919 e OS VETOS parciais às proposições de lei nºs 13.901, 13.991, 14.015 e 14.053

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Alves Viana, Arlen Santiago, Eduardo Brandão, João Leite e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado José Alves Viana, declara aberta a reunião e informa não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião da Comissão. Informa, ainda, que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar relatores para os vetos supracitados. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Eduardo Brandão para atuar como escrutinador. Apurados os votos, é eleito, para Presidente, o Deputado Paulo Pettersen, com cinco votos, e, para Vice-Presidente, o Deputado Arlen Santiago, com três votos. O Presidente "ad hoc" dá posse ao Presidente eleito, Deputado Paulo Pettersen, que agradece a escolha de seu nome e, a seguir, dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Arlen Santiago. Logo após, o Deputado Paulo Pettersen dá prosseguimento aos trabalhos e designa o Deputado Eduardo Brandão para relatar o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919 e o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901; o Deputado Arlen Santiago, para relatar o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991; o Deputado José Alves Viana, para relatar o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015 e o Deputado João Leite, para relatar o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 1999.

Paulo Pettersen, Presidente - Arlen Santiago - Eduardo Brandão - José Alves Viana - João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Antônio Andrade, Bené Guedes e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e que se encontra em poder da Mesa, à disposição dos Deputados, correspondência enviada pelo Sr. Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte, convidando os membros da Comissão para presidirem a mesa-redonda sobre consumo e educação, a ser realizada no dia 16/3/99, na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL. Em seguida, a Presidência indica o Deputado Bené Guedes para representar a Comissão nesse evento. Passa-se à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Bené Guedes apresenta requerimento, em que solicita audiência pública da Comissão com representantes da Caixa Econômica Federal e da Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, para discutirem acerca dos problemas que afligem os mutuários, especialmente as causas da inadimplência. Submetido à votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

João Paulo, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Newton de Moraes, Adelino de Carvalho, Antônio Roberto, Fábio Avelar e Maria José Hauelsen, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Newton de Moraes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Roberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Renato César de Carvalho, solicitando estudo desta Comissão sobre um projeto, de sua autoria, de desenvolvimento sustentado e proteção do meio ambiente, em área abrangendo os Municípios de Juatuba e Igarapé; e do Sr. Juarez Amorim, Secretário Municipal de Meio Ambiente, convidando esta Presidência para participar do VI Fórum de Gestores de Meio Ambiente da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como expositor de mesa-redonda sobre o tema "A Comissão de Meio Ambiente na Assembléia Legislativa", no dia 29/3/99, às 8h30min, no Museu de Arte da Pampulha. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência determina a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 23/99, do Deputado Paulo Piau, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. É submetido a votação e aprovado requerimento do Deputado Eduardo Brandão, em que solicita sejam ouvidos em audiência pública os convidados que menciona, com a finalidade de se discutirem o impacto ambiental e possíveis irregularidades ocorridas na construção da Estação José Cândido da Silveira, do metrô, no Bairro do Horto, em Belo Horizonte. O Deputado Newton de Moraes passa a Presidência à Deputada Maria José Hauelsen, tendo em vista a apresentação de requerimento de sua autoria, em que solicita seja realizada visita ao Projeto Jaíba, para verificar o impacto ambiental do projeto e o estágio atual da implantação das medidas mitigadoras constantes em seu plano de controle ambiental. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Newton de Moraes, Presidente - Fábio Avelar - Antônio Roberto.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG

Às quinze horas e quinze minutos do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bilac Pinto, Antônio Andrade, Amílcar Martins, Chico Rafael, Eduardo Brandão e Eduardo Daladier, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em seguida, a suspende para que se conclua a reunião de outra Comissão, em andamento no mesmo local. Às quinze horas e cinquenta minutos, com a participação de todos os membros efetivos, a reunião é reaberta. Registra-se, também, a presença dos Deputados Sebastião Costa, Gil Pereira, Alberto Pinto Coelho, Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo, Rogério Correia, Sebastião Navarro Vieira, Wanderley Ávila, Irani Barbosa, Dimas Rodrigues, Carlos Pimenta e José Braga. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Sebastião Costa, com a palavra, formula questão de ordem a respeito da obrigatoriedade da leitura da ata em se tratando de reunião de CPI. O Presidente esclarece que, de acordo com o Regimento Interno atual, a dispensa é permitida também para CPIs. A seguir, informa que a finalidade da reunião é ouvir o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, a quem convida a tomar assento à mesa. Acompanham o convidado os Srs. Ronaldo de Oliveira Martins e José Wilson de Castro Bernardes, Superintendentes; Fernando Alves Pimenta, Secretário-Geral; Stalin Amorim Duarte, Diretor de Gestão Empresarial; Guy Villela, Diretor de Projetos e Construções; José Maria Grossi, Diretor de Distribuição; Virgílio Almeida da Silva, Chefe de Gabinete; Márcio Barbosa e Stefano Rodrigues de Pinho Tavares, Assistentes de Diretoria, assessores da CEMIG. O Sr. Djalma Bastos de Moraes, com a palavra, faz a sua exposição. Após sua explanação, é argüido pelos Deputados Antônio Andrade, Bilac Pinto, Amílcar Martins, Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Brandão, Chico Rafael, Eduardo Daladier, Carlos Pimenta, Rogério Correia, Irani Barbosa e Alberto Pinto Coelho. O Presidente agradece a presença do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, e de sua assessoria, pelos valiosos subsídios prestados à Comissão e, encerrada a sua participação, coloca-o à vontade para se retirar. Prosseguindo, a Presidência passa à fase de apresentação de proposições. O Presidente faz a leitura de dois requerimentos de autoria dos membros da Comissão, em que solicitam, no primeiro, seja ouvido o Sr. Carlos Eloy Carvalho Guimarães, ex-Presidente da CEMIG, com o objetivo de prestar informações sobre a operação de vendas das ações dessa empresa; e, no segundo, sejam convidados a prestar esclarecimentos a esta Comissão os Srs. Fernando César Maia, representante da Agência Nacional de Regulação do Setor Elétrico; Lúcio Guterres, Coordenador-Geral do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais; Maurílio Chaves dos Santos, ex-Coordenador-Geral do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais; Marcelo Correia Moura Batista e Alexandre Lisboa, representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da CEMIG; Menelick de Carvalho Neto, Doutor em Direito Constitucional; Modesto Carvalhosa, especialista em Direito Comercial; e José Anchieta da Silva, advogado da Bolsa de Valores de Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 1999.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Bilac Pinto - Antônio Andrade - Amílcar Martins - Chico Rafael - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS VETOS TOTAIS ÀS PROPOSIÇÕES DE LEI NºS 13.880, 13.977, 13.990 E 14.009 E O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.063

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Daladier, George Hilton e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Daladier, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres dos relatores. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela manutenção dos vetos totais às Proposições de Lei nºs 13.880 (relator: Deputado Fábio Avelar); 13.977 (relator: Deputado George Hilton), e 13.990 (relator: Deputado Eduardo Daladier); e do veto parcial à Proposição de Lei nº 14.063 (relator: Deputado Fábio Avelar). O Deputado George Hilton, relator do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, solicita o prazo regimental para emitir seu parecer, o que é lhe é deferido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 16/3/99, às 10h30min, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 1999.

Eduardo Daladier, Presidente - George Hilton - Fábio Avelar.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Ailton Vilela, Eduardo Brandão e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Ailton Vilela para atuar como escrutinador. Feita a contagem dos votos, é eleito Vice-Presidente, com quatro votos, o Deputado Eduardo Brandão, o qual é empossado pelo Presidente e agradece a indicação de seu nome. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Ailton Vilela - Eduardo Brandão - José Henrique.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às quinze horas do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, nos termos regimentais, acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 76, 84, 88, 90, 92, 104, 109, 121 e 125/99 - Deputado Adelmo Carneiro Leão; Projetos de Lei nºs 77, 80, 86, 87, 95, 106, 119, 122 e 123/99 e Projeto de Lei Complementar nº 3/99 - Deputado Paulo Piau; Projetos de lei nºs 82, 83, 85, 102, 114 e 115/99 - Deputado Eduardo Daladier; Projetos de Lei nºs 79, 98, 99, 110, 113, 118, 124, 128 e 129/99 - Deputado Irani Barbosa; Projetos de Lei nºs 75, 81, 89, 94, 96, 103, 108, 112 e 116/99 - Deputado Agostinho Silveira; Projetos de Lei nºs 78, 105, 107, 111, 117, 120 e 127/99 - Deputado Antônio Júlio. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 16/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e 21/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier); e pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 1/99 (relator: Deputado Paulo Piau); 8/99 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 20/99 (relator: Deputado Irani Barbosa), registrando-se, quanto ao último, voto contrário do Deputado Adelmo Carneiro Leão. A seguir, têm sua discussão adiada, em virtude de pedidos de vista deferidos pela Presidência, os pareceres pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 139 e 4/99, este na forma do Substitutivo nº 1; e pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 17/99. Tem também sua discussão adiada, em virtude de pedido distribuição de avulsos, o Projeto de Lei nº 19/99. Passa-se à discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado parecer que conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 31/99 (relator: Deputado Irani Barbosa). Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 1, 8 e 20/99 ao Plenário, para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se amanhã, dia 17/3/99, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio - Eduardo Daladier - Paulo Piau - Rogério Correia.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 13.919 e os vetos parciais às proposições de lei nºs 13.901, 13.991, 14.015 e 14.053

Às dezessete horas do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Pettersen, Eduardo Brandão, Arlen Santiago, José Alves Viana e João Leite, membros da Comissão supracitada. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Pettersen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Alves Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres dos relatores sobre os vetos supracitados. Com a palavra, o Deputado Eduardo Brandão faz a leitura de seu parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919, mediante o qual conclui pela manutenção do veto. Durante a fase de discussão, faz uso da palavra o Deputado João Leite, que se manifesta contrariamente à conclusão do relatório. Colocado em votação, é o parecer aprovado, com voto contrário do Deputado João Leite. Faz uso da palavra, para declaração de voto, o Deputado João Leite, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, o Deputado Eduardo Brandão faz a leitura de seu parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901, mediante o qual conclui pela manutenção do veto. O Deputado João Leite faz uso da palavra para discutir a matéria e se manifesta favoravelmente ao parecer do relator. Colocado em votação, é o parecer aprovado. O Presidente passa a palavra ao Deputado Arlen Santiago, para que faça a leitura de seu parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991. O relator conclui pela manutenção do veto. Durante a fase de discussão, o Deputado João Leite se manifesta contrariamente ao parecer exarado. Colocado em votação, é o parecer aprovado, com voto contrário do Deputado João Leite. Logo a seguir, o Deputado José Alves Viana faz a leitura de seu parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, no qual conclui pela manutenção do veto. Fazem uso da palavra, para discutir a matéria, os Deputados João Leite, Rogério Correia, José Alves Viana e Paulo Pettersen. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Deputado João Leite procede à leitura de seu parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053, no qual conclui pela rejeição do veto. Colocado em votação, é o parecer rejeitado. O Presidente, nos termos do § 3º do art. 138 do Regimento Interno, designa o Deputado Eduardo Brandão como novo relator, para dar forma ao que a Comissão decidiu. O Presidente suspende os trabalhos por 10 minutos. Reaberta a reunião, o relator, Deputado Eduardo Brandão, emite parecer concluindo pela manutenção do veto. O Presidente indaga aos Deputados se estão de acordo com a forma dada pelo relator. O Deputado João Leite se manifesta contrariamente ao parecer. O Presidente dá por aprovado o parecer pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053 e suspende a reunião para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Eduardo Brandão que proceda à leitura desta ata, que é aprovada pelos Deputados. O Presidente solicita aos Deputados que a subscrevam, agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos desta Comissão Especial.

Sala das Comissões, 18 de março de 1999.

Paulo Pettersen, Presidente - João Leite - Eduardo Brandão - Arlen Santiago - José Alves Viana.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 13ª reunião ordinária, EM 23/3/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Apreciação da indicação, feita pelo Governador do Estado, dos titulares dos cargos de direção dos seguintes órgãos: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Diretor-Geral: João Bosco Senra. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Instituto Estadual de Florestas - IEF. Diretor-Geral: Evandro Xavier Gomes. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. Presidente: José Cláudio Junqueira Ribeiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. Diretor-Geral: Mamede Campanha de Souza. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Presidente: João Diniz Pinto Júnior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.891, que dispõe sobre as instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG às normas constitucionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028, que estabelece a competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na região metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 23/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia: Requerimento nº 7/99, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 23/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 24/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 78/99, da Deputada Maria José Hauelsen.

Finalidade: ouvir os Srs. Inspetor Mário Batista de Oliveira, Superintendente da 4ª Superintendência da Polícia Rodoviária Feral em Minas Gerais; Major Evandro Teófilo Elias, Comandante da 7ª Cia. da Polícia Rodoviária Estadual; Ten.-Cel. Geraldo Magela Moreira de Freitas, Comandante do BPTRAN; engenheiro Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG; Flávio Goes Menicci, Chefe do 6º DRF-DNER; Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais; Antônio Carlos Ramos Pereira, Presidente do BHTRANS; Marcelo Leonardo, Presidente da OAB-MG; e Terezinha Cordeiro Vieira, que discutirão a questão da violência no trânsito, bem como a situação de conservação e manutenção das estradas e rodovias no Estado

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 24/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 67/99, do Deputado Márcio Kangussu.

Finalidade: ouvir os Srs. José Augusto Trópia Reis, Presidente do BDMG, e Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER, sobre a paralização do Programa FUNDERUR, bem como sobre a paralisação de projetos desse programa pelos escritórios da EMATER.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 24/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 16/99, da Deputada Maria José Hauelsen e do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 24/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Srs. Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral interino do DER-MG; Marco Aurélio Carone, Presidente da Associação Mineira dos Usuários de Transportes - AMUT - Antônio Carlos Pereira, Presidente da BHTrans; José Augusto Dumont, Vice-Diretor-Presidente do Banco Rural; Olímpio Rodrigues Couto, Gerente Regional da Formulários Moor; Antônio Sérgio Tonet, da Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público; Iraci de Assis Cunha - Presidente do SETRANSP, que debaterão as condições de operação e o benefício do vale-transporte no Estado, notadamente na Região Metropolitana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO, a realizar-se às 10 horas do dia 25/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Jairo Léllis Filho, Superintendente da Polícia Técnico-Científica da Secretaria da Segurança Pública; José Antônio de Morais, Corregedor-Geral de Polícia Civil, e Bráulio Stivanini Júnior, Delegado da Divisão de Habilitação do DETRAN-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/3/99, destinada à discussão e à votação de pareceres e à votação de requerimentos: apreciação da indicação, feita pelo Governador do Estado, dos titulares dos cargos de direção do seguintes órgãos: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, Diretor-Geral: João Bosco Senra; Instituto Estadual de Florestas - IEPHA -, Diretor-Geral: Evandro Xavier Gomes; Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -, Presidente: José Cláudio Junqueira Ribeiro; Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, Diretor-Geral: Mamede Campanha de Souza; e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -, Presidente: João Diniz Pinto Júnior; e à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências; 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências; 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios; 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA; 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino; 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual; 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoi o imóvel que especifica; 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado; 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica; 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campo Verde o imóvel que especifica; 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências; 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte; 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga; 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal; 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Sacramento o imóvel que especifica; 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica; 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.014, que promove a adequação da Lei Orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais às normas constitucionais e dá outras providências; 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado; 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências; 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências; 14.028, que estabelece a competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal; 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica; 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEI; 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí; 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos; 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na região metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências; 14.063, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências; e da Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de março de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Alves Viana, Agostinho Patrús, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Administração Pública; Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 23/3/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelos arts. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/97.

Sala das Comissões, 22 de março de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, José Milton e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 22 de março de 1999.

José Alves Viana, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente em exercício, Deputado Durval Ângelo, Srs. Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a todos os nobres colegas que, no Dia Internacional da Mulher, manifestaram-se. Inclusive, ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Márcio Cunha, que foi aparteado por vários Deputados. Infelizmente, por questão de saúde, não pude estar presente à solenidade em comemoração ao Dia da Mulher. Muito obrigada.

Em segundo lugar, de acordo com o Aurélio, imunidade é "condição de não ser sujeito a algum ônus ou encargo".

A Constituição de nosso Estado, no seu art. 56, reza: "O Deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos".

Já o § 1º diz: "O Deputado não pode, desde a expedição do diploma, ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processado criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa".

Quanto chegam aos parlamentos neste País em busca da nefasta imunidade parlamentar. Quanto gastam fortunas, os chamados "candidatos mala preta", para se esconderem atrás do título de Deputado.

Defendemos, sim, o direito à palavra, à opinião e ao voto, que são sagrados para o parlamentar.

Assassinaram covardemente a Deputada Ceci Cunha, do PSDB de Alagoas, considerada pelos alagoanos como uma Deputada séria, correta e muito querida pelos seus conterrâneos, a qual foi eleita para o segundo mandato, com 54.968 votos, sendo a mais votada do seu Estado. Constatamos pessoalmente isso quando estivemos em Alagoas, em janeiro.

Mataram por quê? Era preciso abrir uma vaga na Câmara dos Deputados, e o instituto da imunidade resguardaria qualquer punição. Simplesmente escolheram Ceci para ser a vítima.

Lembramos aos nobres colegas: há preconceito, sim, contra a mulher na política. Sofremos na carne o preconceito, a discriminação que Ceci também sofreu. Vejamos que, na Câmara dos Deputados como nesta Casa, somos minoria. Na legislatura passada, apenas duas, hoje, 5 num universo de 77 Deputados.

Queremos louvar a atitude do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, que decidiu colocar em votação, no Plenário, o projeto que altera o instituto da imunidade parlamentar para os crimes comuns praticados por Deputados. Segundo o Presidente Michel Temer, "os parlamentares não podem continuar invioláveis por crimes comuns".

Sras. e Srs. Deputados, temos, sim, que pagar pelos crimes que cometemos. Temos, sim, que ser julgados pelos nossos erros. Pois a mesma Constituição que premia o Deputado criminoso diz em seu art. 5º: "Todos serão iguais perante a lei...". Não podemos continuar com privilégios, acobertados pelas Constituições Federal e Estadual. As urnas, às vezes, julgam os parlamentares que estavam protegidos pela imunidade, e o caminho fica livre para as ações judiciais terem o seu prosseguimento.

Nas duas últimas legislaturas, na Câmara dos Deputados, nenhuma licença foi concedida ao Supremo Tribunal Federal. Havia 62 pedidos no fim da legislatura passada, mas 28 Deputados foram cassados pelas urnas. Hoje já estão nas mãos da justiça comum. Porém, 34 Deputados continuam beneficiados com a imunidade parlamentar.

Esperamos que os nobres Deputados Federais aprovelem o projeto que é o clamor do povo brasileiro, que ora eles representam.

E assim teremos o efeito cascata em todos os Estados da Federação. Nós, Deputados, temos que abrir mão dessa regalia, dessa prerrogativa nefasta.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer da nossa preocupação com o nosso parlamento. Este parlamento precisa conscientizar-se de sua responsabilidade. Tanto a Oposição quanto a Situação. Esperamos que os nobres pares sejam responsáveis em seus pronunciamentos. Quando denunciarem, que o façam munidos de provas concretas, para não ferir a integridade, a honra de quem quer que seja. Precisamos, em primeiro lugar, nos respeitar, para que tenhamos o respeito do nosso colega e do povo que nos elegeu e que representamos, temporariamente.

Esperamos que a euforia dos primeiros dias passe e dê lugar à reflexão, à serenidade, à responsabilidade e, principalmente, ao respeito mútuo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Deputado César de Mesquita - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, profissionais da imprensa, nossos visitantes, quero fazer uma pergunta. Sr. Presidente, pode V. Exa., e com V. Exa. a Casa, entender a dificuldade em que se encontra este Deputado, estreante na tribuna parlamentar, para ocupar a atenção dos que aqui se encontram, para, pela vez primeira, dizer de sua alegria e mesmo orgulho de ter assento nesta Casa mineira de leis?

Como raras são as oportunidades de chegar a esta tribuna, segundo o Regimento Interno da Casa, há V. Exa. de me permitir que acumule dois assuntos que considero e tenho como de máxima importância.

O primeiro é o fato de me encontrar em convívio fraterno e reconfortante com os integrantes desta Casa de gloriosas tradições, onde despontaram e despontam verdadeiros baluartes da política mineira e do Brasil. Celeiro de grandes e notáveis políticos, que, honrando e dignificando a política-ciência e mesmo partidária, todos, nos momentos mais difíceis e decisivos para o Brasil e para Minas Gerais, se fizeram presentes, emprestando, com o fulgor de suas inteligências e o amor à causa que abraçaram, o máximo de si mesmos e, muitas vezes, com sacrifícios de ordem pessoal, familiar, profissional, souberam e sabem demonstrar que a causa pública e o clamor coletivo acham-se muitíssimo acima dos interesses particulares.

É, pois, uma Casa, assim a vejo, de homens e mulheres sérios e comprometidos com a causa pública. Por isso, sinto-me bem e realizado aqui e prometo, perante os meus pares, ser fiel ao povo mineiro, aos eleitores que me distinguiram com o seu voto de confiança, sendo, acima de tudo, leal ao partido que me acolheu e me abrigou sob a sua legenda vitoriosa, o PMDB.

Fiel ao Exmo. Sr. Governador de todos os mineiros, Dr. Itamar Franco, com quem marchamos passo a passo na caminhada ao Palácio da Liberdade. Soldado da linha de frente com o nosso emérito Governador, cujo nome e posição transcendem os limites das altaneiras montanhas das Gerais, pelo seu senso de responsabilidade, de amor à causa pública, pelo seu desassombro na defesa intransigente dos interesses de Minas Gerais.

Sr. Presidente, aqui não faço simples e protocolarmente um discurso parlamentar, mas uma profissão de fé nos destinos do povo mineiro, que espera de cada Deputado desta Casa o exato cumprimento do seu dever, que a eleição lhe impôs, e, de modo especial, o trabalho produtivo e incansável em busca do bem-estar e da dignidade para todos os que habitam esta terra legendária dos inconfindentes.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ao longo dos anos, a vida tem nos ensinado que a nossa existência é formada de momentos, momentos que marcam, dão vida, às vezes proporcionam dores e alegrias. E até saudades...

Este, para mim, é um momento de intensa alegria, a alegria de estar aqui, como membro desta Casa. A alegria de conviver com as expressões mais legítimas da política mineira. A alegria de desfrutar do convívio ameno e agradável dos Srs. e das Sras. Deputadas. Enfim, de ser parte do Legislativo mineiro, que lá fora de nossas fronteiras também é respeitado e admirado pelo que aqui dentro se faz, com seriedade, coragem, dinamismo e amor à causa pública.

Sr. Presidente, essa alegria se torna mais intensa e vibrante pela feliz coincidência de ser a minha primeira fala nesta augusta Casa, no momento em que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais comemora, e com a mais justa e merecida razão, o Dia Internacional da Mulher, festejado recentemente em sessão solene nesta Casa.

Quero, Sr. Presidente, participar desse tributo que se presta à mulher, homenageando todas as mulheres, em especial a mulher mineira, por meio das nossas colegas Deputadas, que ilustam e perlustram a nossa Casa com as suas simpáticas e cativantes presenças. Na pessoa de cada uma das Sras. Deputadas presto, pois, essa homenagem, saída do fundo do coração.

A mulher, na sua luta incessante em busca de sua verdadeira e real posição, tem mostrado ao mundo, independentemente de sua condição social, de raça, de credo ou posição político-partidária, que é capaz de atingir o cume das grandes realizações, por meio de sua apurada sensibilidade, de sua inteligência fulgurante, de sua invejável capacidade de trabalho.

Hoje, guindada aos mais altos e expressivos postos, quer na política, quer na administração pública ou privada, nas ciências, nas artes, nas letras, mostra ao mundo que a sua presença no cenário da vida é tão importante e imprescindível quanto a do homem. Tem o seu merecido lugar ao sol das oportunidades, devido à sua invejável garra, à sua inteligência e ao seu senso de alta e profunda responsabilidade.

O mundo moderno, de transição de milênio, está povoado também da mulher-mãe, da mulher-filha, da mulher-empresária, da mulher-ciência, da mulher-política, da mulher presente no universo das leis, da ciência e das artes.

Não, como de antanho, como simples figura decorativa e de segundo plano ou mesmo de mero adorno. A sua sensibilidade apurada, aliada à inteligência e à responsabilidade sem limites, chega, com o final deste século, ao novo milênio, iluminando o universo de nossas buscadas esperanças.

Na pessoa de cada Deputada desta augusta Casa, a nossa homenagem à mulher, de modo especial à mulher-mãe.

Parafrazeando o vate nordestino, homenageio-as com o que de maior e mais profunda expressão já se disse sobre aquela que o Criador fez mulher: "A mãe é um ser angélico e sublime. Tanto de amor e de piedade exprime que o próprio Deus não prescindiu de tê-la".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ronaldo Canabrava - Ninguém consegue vencer pelo simples fato de ser talentoso. Deus nos dá o talento, mas é através do trabalho que se transforma esse talento em genialidade. Com essas palavras, cumprimento a Mesa da Assembléia, o nosso Presidente, Anderson Aduato, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, o público que nos honra com sua presença e os abnegados funcionários desta Casa.

Ao ocupar, pela primeira vez, esta tribuna, desejo transformar a oportunidade num ato de fé e de compromisso. Que Deus me abençoe. Minha fé nasce da convicção da importância que têm os parlamentos na vida das sociedades modernas, catalisando os anseios do povo, colocando-se como instrumento permanente e eficaz na busca de soluções para os problemas do cotidiano e na formulação das idéias que constroem o presente e antecipam o futuro.

É uma grande honra estar aqui, na Casa do povo, na Casa do Poder mais democrático do Brasil.

Participar deste colégio de homens públicos, que chegaram a esta Casa Legislativa unidos pela vontade popular para verbalizar o sentimento dos mineiros; poder participar de decisões escudado na experiência dos que aqui nos antecederam, legando a esta Casa exemplos de competência, altruísmo e de fidelidade às suas crenças - contribuindo para o pluralismo das idéias com individualidade de sua inteligência e descortino - e compartilhar desta experiência maiúscula com os que se vêem impelidos pelo entusiasmo de participar e contribuir dá-me a dimensão exata do trabalho que surge como desafio, mas que também antecipa o prazer desta convivência que já é, para mim, um privilégio.

Venho de Sete Lagoas, uma cidade que participa da vida democrática deste País desde os albos da República.

Um jovem médico e político setelagoano, certamente uma das mais ilustres biografias construídas por um homem público de nosso Estado - o Dr. João Antônio de Avelar -, tomou assento à Assembléia Constituinte e assinou a primeira Carta Republicana do Brasil.

É esse atávico sentimento de brasilidade e compromisso político, privilégio de mineiro e certamente a exteriorização da alma libertária dos homens do sertão, que tem servido de baliza à minha conduta de homem público.

"Se pouco alcanço" - como reza o dito popular - "pelejo, mas não canso".

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, se minha condução a esta Casa representa uma alternativa na práxis política de minha terra - e isso ficou sobejamente comprovado pela vontade popular expressa nas urnas -, não atendo a esse compromisso com propósitos menores. Dos meus quase 30 mil votos, 25 mil foram de Sete Lagoas, onde lutamos contra o poder econômico, a máquina administrativa, contra 16 Vereadores, contra caminhão de areia, contra pagamentos de contas de água e luz, os asfaltos e contra, até mesmo, a dupla Zezé de Camargo e Luciano. Conseguimos derrotar a máquina administrativa e com uma diferença de 7 mil votos em relação ao candidato da máquina.

Trago o ideal de servir, e ele será exercitado em plenitude.

Creio que o desafio da modernidade faz a função de Deputado extrapolar o tradicional trabalho do legislador e do intermediador de benefícios do Governo para a região que representa.

Essas são funções tradicionais, que devem ser aperfeiçoadas.

Minha proposta, entretanto, vai mais além.

Imponho-me a condição de ser, ao lado de Vossas Excelências, formulador de idéias e encaminhador de iniciativas que não contemplem, jamais, os pequenos interesses políticos de pessoas ou de grupos, mas alcancem os ideais maiores do Estado e de nossa gente.

Homem do sertão, acostumado a mergulhar os pés na terra virgem dos descampados, ou vocacionado para a interiorização do pensamento, que eleva a alma à quietude das noites estreladas, trago também, como montanhês, a fronte alva para a visão dos cerros onde verbera o sentimento libertário dos mineiros.

E é nesta contemplação, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que julgamos estar assistindo a um dos mais ilustrativos momentos de nossa história, como se o passado tocasse o presente para a construção de um futuro que tornará este Estado maior em sua expressão política, mais respeitado em sua pujança econômica e mais igualitário em sua vocação social.

Quando o Governador Itamar Franco levanta a bandeira de Minas, entrega a cada um de nós - Deputados, empresários, estudantes, operários, ao homem do campo e aos cidadãos,

enfim - uma mensagem que deverá ser levada a Garcia.

Quem não conhece essa história?

O Presidente McKinley, dos Estados Unidos da América, desejava mandar ao insurreto Garcia, que se encontrava em um lugar incerto e não sabido na ilha de Cuba, uma mensagem urgente.

Seu secretário particular disse ao Presidente que apenas um homem seria capaz dessa missão. Ele foi chamado à Casa Branca.

E, ao ouvir que deveria entregar a carta ao General, meteu-a sob a casaca, fez meia volta e deixou o recinto.

Não perguntou quem era Garcia, não indagou onde se encontrava nem pediu meios para localizá-lo. Ninguém sabe como conseguiu atravessar o oceano, romper as barricadas dos revoltosos, vencer as ciladas da floresta e da montanha. Mas a história registra que a mensagem chegou a Garcia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo mineiro está de posse de uma "Carta a Garcia". Ela não tem destinatário identificado nem conteúdo definido. Comporta, entretanto, todas as mensagens da coragem, do civismo, do trabalho, do orgulho, da mineiridade, que fazem deste Estado um estuário de vocações, uma usina de idéias, um caudal que converge para mostrar que está mais vivo do que nunca - em nosso espírito e em nossa ação - o ideal dos inconfidentes.

Hoje é o Governador Itamar Franco que incorpora essa vocação, quem nos dá exemplo de coragem, quem levanta a bandeira de uma nova inconfidência.

Ele certamente invocou, aprendeu com Churchill, que disse: "Das virtudes, a coragem é a primeira. Sem ela, todas as demais - a fé, a esperança, a caridade, o patriotismo - desaparecem na hora do perigo. Há momentos em que o homem público tem que decidir, mesmo com o risco de sua vida, de sua liberdade, da impopularidade ou do exílio. Por isso, o pusilânime jamais será estadista".

E somente será estadista aquele que, como conceituou Milton Campos, "tem a posição de suas idéias e não as idéias de sua posição".

Neste contexto histórico, o Governador Itamar Franco tem sido, além de estadista, o fiel intérprete da alma, do pensamento e da ação destemida e patriótica de todos os mineiros. Será para todos nós um dever cívico entender a plenitude da posição assumida e defendida pelo Governador de Minas, quando não está em cena uma simples posição partidária, mas a equação política que contempla todos os políticos mineiros que sabem que a soberania de um Estado extrapola qualquer conceituação pessoal, para alcançar a plenitude do interesse coletivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho, fundamentalmente, como se ela fosse a idéia motora de toda a minha ação parlamentar, uma proposta-síntese. Intitulei-a de "proposta para a sintonia".

Foi minha bandeira de campanha - e será meu inarredável compromisso de ação parlamentar - não ser nesta Casa o representante de uma pessoa, de um grupo político ou de uma doutrina partidária.

Serei um intransigente defensor dos legítimos e altos interesses de minha terra e de minha região. Sou Deputado do povo. Mas serei, ao lado de V. Exas., principalmente mineiro, na extensão política e humanística do compromisso fundamental com o meu Estado.

Essa é a minha fé. Esse será o meu compromisso. Que Deus nos abençoe e ilumine. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de representante do povo mineiro nesta Casa legislativa, não poderia deixar de manifestar minha indignação com as intenções que explicitamente são veiculadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de privatizar o que resta do patrimônio público brasileiro: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a PETROBRÁS.

Essa proposta, na verdade, nada mais é que parte das condições extremamente difíceis impostas pelo acordo com o FMI e que possuem grandes chances de aprofundar a crise que se abate sobre a economia brasileira.

Esse acordo com o FMI tem como finalidade viabilizar o cumprimento das obrigações com nossos credores externos e salvar as aplicações do grande capital financeiro especulativo. Assim, diferente da afirmação do Presidente de que a PETROBRÁS, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal serão vendidos, "se o Brasil achar que é bom", isso não passa de uma sinalização de que são os credores externos do País que acham muito bom poderem se apropriar da melhor fatia das estatais.

O programa econômico recessivo, implementado pelo Governo Federal, tem significado o aumento do desemprego e da miséria e não tem o objetivo de reequilibrar a economia brasileira ou promover o desenvolvimento.

Até agora, tudo o que foi apurado na venda de empresas estatais foi aplicado no pagamento de dívidas distantes dos interesses públicos, que precisam com urgência de saúde, educação, moradia, alimentação.

Não satisfeito em entregar o patrimônio público ao apetite dos credores internacionais, o Governo Federal promove cortes nas áreas sociais, transfere serviços para os municípios e Estados, enquanto retém receitas, desrespeitando o pacto federativo e promovendo o caos social no País.

O acordo assinado com o FMI no final do ano passado foi uma verdadeira armadilha, que, em lugar de salvar o real, aumentou a desconfiança do investidor-banqueiro estrangeiro e, conseqüentemente, manteve a fuga de dólares. Uma política que, matematicamente, eleva o rombo do Tesouro, faz a dívida governamental explodir, aumenta a recessão e derruba a arrecadação, provoca o efeito oposto ao, pretensamente, buscado pelo FMI.

Ao contrário do que se quis fazer a opinião pública acreditar, o real não explodiu por causa da moratória do Governo Itamar Franco, mas, sim, porque as contas brasileiras continuaram em deterioração, por causa da política inspirada pelo FMI. A saída de dólares prossegue, contrariando as expectativas, irrealis, do Governo de que, uma vez assinado o acordo ditado pelos banqueiros internacionais, a economia se estabilizaria e os dólares não só parariam de sair, como até voltariam.

É referenciando-se em falsas afirmações, como essa, que o Presidente da República, agora, sai a público para insinuar a venda dos Bancos federais e da PETROBRÁS. Acredito que cabe ao povo brasileiro impedir que essa atitude alheia aos interesses nacionais se concretize. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal devem, sim, ampliar seus programas de crédito, de financiamento aos pequenos produtores rurais, de financiamento para aquisição da casa própria, de crédito educativo e demais programas que apontem no sentido do desenvolvimento com justiça social, para a Nação brasileira.

Senhores, essa é a nossa preocupação com a sinalização da venda desses dois Bancos públicos, que grandes serviços promoveram para o País, bem como da PETROBRÁS.

Na segunda parte do meu pronunciamento, gostaria de discutir com os senhores a problemática que envolve a educação, não somente no nosso Estado, mas em todo o País.

Em recente entrevista à imprensa, o Ministro da Educação, Paulo Renato, informou-nos que o déficit da União com o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF - é de R\$ 900.000.000,00, apesar do orçamento prever, para 1999, apenas R\$436.000.000,00.

Mesmo afirmando que a diferença será suprida, não dá uma explicação convincente, que nos permita ter confiança de que a educação é uma prioridade, de fato, em nosso País, e não apenas uma fachada política para discursos demagógicos.

Em primeiro lugar, todos sabemos que os cálculos para repasse no FUNDEF baseiam-se em um custo por aluno do ensino fundamental estimado em R\$315,00 por ano. Absurdamente, isso significa que, em nosso País, um aluno custa R\$26,00 por mês e R\$1,00 por dia. Esses valores, senhores, devem cobrir despesas com os salários dos professores, material didático-pedagógico, manutenção da infra-estrutura e todos os outros gastos extras.

Esses valores estão longe de significar qualidade, ao contrário, revelam a precariedade dos indicadores educacionais brasileiros e confirmam o nosso lugar entre os países de pior educação do mundo. Revelam também o descaso dos governos, que permitiram a permanência da repetência e da evasão como crônicos mecanismos de exclusão social.

Só para raciocinarmos segundo a lógica do mercado, tão a gosto do Governo Federal, como pensar em comparar as oportunidades oferecidas a um aluno de escola particular com as do nosso aluno da rede pública?

Apesar da insuficiência dos recursos, aplicando-se a lei do FUNDEF, verificamos que o censo escolar de 1998, para o ano de 1999, registrou 32 milhões de matrículas no ensino fundamental em todo o País, o que exigiria uma complementação de, aproximadamente, R\$950.000.000,00 do Governo Federal. Observem que isso não constava na proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional logo após as eleições de outubro, que era de cerca de R\$440.000.000,00.

A intenção inequívoca do Governo Federal de promover cortes nas áreas sociais revelou-se apenas após a reeleição, ao mesmo tempo em que a crise econômica se expunha em toda a sua gravidade.

Analisando o orçamento da União nos anos de 1995 a 1997, verificamos que o Governo Federal deixou de gastar R\$9.600.000.000,00 na função Educação e Cultura. Verificamos, ainda, que os recursos da União para a educação vêm diminuindo de modo consistente, ano a ano, desde 1995, em todos os programas e subprogramas, o que nos leva a concluir que a educação, para o Governo FHC, não passa de instrumento de mídia, sendo mais e mais sucateada.

A Constituição Federal determina que a União deve gastar, pelo menos, 18% da receita líquida, excluídas as transferências, na educação. Deve também proceder à organização do sistema federal de ensino e do apoio técnico e financeiro aos Estados e municípios. A Emenda à Constituição nº14, que criou o FUNDEF, previu que a União deveria complementar o Fundo quando o valor mínimo previsto por aluno não fosse atingido. Ora, assistimos ao desenrolar de fatos inequívocos que demonstram o quanto a lei está longe de sua aplicação.

Apesar das responsabilidades legais, o Governo Federal vem gastando cada vez menos com o ensino superior, como atesta a greve dos docentes nas instituições federais, de mais de cem dias, em 1998. Os valores gastos com o ensino superior caíram cerca de 29% de 1995 para 1998.

No Brasil, uma característica básica do nível superior de ensino é o seu baixo percentual de estudantes, cerca de 1% da população, contra 3% na Argentina e 7% no Canadá.

Com aproximadamente 1.700.000 matrículas, o ensino brasileiro precisava incluir mais de 40% de jovens que sonham com essa oportunidade.

O conhecido funil da universidade apenas revela a ponta de um sistema educacional perverso e excludente.

Dados do MEC, de 1994, informam-nos que das 851 instituições de ensino superior no País, entre universidades e escolas isoladas, apenas 57 são federais. A grande maioria é de instituições particulares que respondem hoje por 58,4% do total de matrículas.

Essa preocupante realidade leva-nos a tecer considerações sobre o crédito educativo. Tal mecanismo de financiamento, suspenso há mais de um ano e meio, garantiu a muitos estudantes condições para conclusão dos estudos. Senhores, se nós, profissionais de hoje, conseguimos estudar com o financiamento do crédito educativo, não poderemos dizer isso dos nossos filhos e dos filhos da classe pobre, que hoje está impossibilitada de estudar em escola particular, devido ao alto preço das matrículas e mensalidades. Muitos de nós, tenho certeza, tivemos que utilizar o crédito educativo para concluir os estudos em cursos profissionalizantes. Entretanto, trata-se sabidamente de um instrumento polêmico, que merece melhor análise, principalmente se julgarmos que, segundo pronunciamento recente do Ministro Paulo Renato, novas autorizações de financiamento deverão ser liberadas pelo MEC. Esse é um importante momento para discutirmos essa questão do crédito educativo, seu valor e a sua forma de aplicação.

Entretanto, analisando a legislação referente ao crédito educativo, observamos que sua institucionalização em 1992, através da Lei nº 8.436, entre outros procedimentos, determinou que a seleção dos inscritos passasse da Caixa Econômica Federal, que antes procedia à análise socioeconômica para liberação do financiamento, para a instituição de ensino superior de origem do aluno. E em que pesem às exigências legais de que fosse constituído um processo com participação de entidades estudantis e docentes, a realidade extremamente diferenciada permitiu um desenvolvimento de todo tipo de irregularidade em relação ao crédito educativo, culminando em sua suspensão.

Não podemos escamotear o fato de que, no quadro do ensino superior brasileiro, o crédito torna-se uma alternativa real para muitos estudantes. Entretanto, devemos aprofundar o debate para garantir modificações na legislação que permitam critérios mais justos de concessão dos financiamentos.

Para isso é necessário repensar as regras para seleção dos inscritos, a qualidade da instituição de origem, as formas de participação dos alunos e docentes no processo, a isenção de interesses privados na concessão do financiamento, as condições de retorno do recurso aplicado.

Pensando em aprofundar esse debate, proponho a esta Casa, através da Comissão de Educação, que realize uma audiência pública com representantes do MEC, dos alunos, dos estabelecimentos de ensino. Esperamos contribuir para o aprofundamento do tema e, a partir daí, tentar encontrar saídas possíveis para esse, entre os muitos dilemas vividos pelo ensino superior no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento foi apresentado esta semana na Comissão de Educação, onde os seus membros o aprovaram.

A importância do debate desse tema significa que ou discutimos a questão do financiamento da educação ou estaremos definindo que os alunos pobres deste País não poderão estudar. Hoje, com o crescimento das escolas particulares e a ausência de financiamento no ensino, tornou-se quase impossível a classe média baixa ou a classe pobre estudar. Está nas nossas mãos o debate para que o Governo Federal e o Estadual encarem a realidade olhando para o futuro dos nossos alunos, nossos filhos e os filhos de todos os brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, a quem parabeno pelo dia das mulheres, transcorrido na última segunda-feira, há poucos dias tomei conhecimento de um grave fato que aconteceu na cidade de Lavras, o qual quero relatar como uma denúncia e uma solicitação de providências por parte desta Casa.

O primeiro Promotor de Justiça da cidade de Lavras, Dr. Dimas Messias de Carvalho, desde que ali chegou, em março do ano passado, percebeu algo estranho na execução penal daquela cidade. Um bandido, de nome Marcelo, com várias condenações por roubo de carro, estupro, agressão à advogada no fórum e tráfico de drogas - na última vez, foi pego com "somente" 10kg de cocaína -, cumpria a pena em regime semi-aberto. O Promotor, consultando o Tribunal de Alçada sobre as decisões que já haviam sido tomadas a respeito do caso, viu que era uma concessão indevida dada pelo Juiz local. Partindo do princípio de que todos são iguais perante a lei, exigiu que a lei de execução penal fosse cumprida.

Pois bem, a partir daí, o Promotor passou a ser perseguido, tendo sido até mesmo denunciado pelo próprio Juiz, sob a alegação de que estaria perseguindo o "distinto senhor", estelionatário e traficante. Tanto ele quanto seu assistente de promotoria passaram a ser perseguidos também com denúncias anônimas. Agora, no mês de dezembro, depois de receber muitas ameaças, a noiva do assistente da promotoria, Humberto Amâncio da Costa, chamada Andréa Aparecida Pereira, foi amarrada, violentada, agredida de várias formas, por alguém encapuzado, que invadiu sua casa. Na agressão, o autor do ato deixou bem claro que os próximos seriam o assistente da promotoria e o próprio Promotor, Dr. Dimas.

Na apuração dos fatos, o inquérito chegou até o agressor, um ex-preso de nome Gilton Guimarães, vulgo Leleção. Vários presos da cadeia local atestaram, em depoimento, no inquérito, que a agressão havia sido planejada à noite, dentro da própria cadeia de Lavras. Além do mais, o Promotor continua recebendo ameaças, inclusive na casa de sua sogra, em Perdões, de que sua família sofrerá agressões.

Que reflexão devemos fazer sobre o assunto? Que a polícia local, através do Capitão PM reformado Osvaldo Gonçalves, advogado, sócio de Marcelo Haddad, vem fazendo vista grossa e sendo omissa nessas arbitrariedades. É um verdadeiro absurdo a atitude da polícia. O Juiz também não tomou providências diante do fato.

Ontem, conversei com o digno Procurador-Corregedor do Ministério Público, Dr. Márcio Eli de Andrade. Uma equipe daquela Corregedoria já foi encaminhada para Lavras e já tomou providências junto à Polícia Militar, para denunciar essa omissão da polícia local. E também já tomou providências junto ao Vice-Corregedor, Dr. Paulo Medina, brilhante e sério Desembargador, ex-dirigente da Associação dos Magistrados do Brasil.

Estamos trazendo esses fatos a esta Casa, porque vamos solicitar, na próxima semana ou, no mais tardar, na semana seguinte, que uma delegação desta Casa, juntamente com a Corregedoria do Ministério Público, se desloque até Lavras, a fim de manifestar repúdio a essas convívias e, ao mesmo tempo, a solidariedade desta Casa ao Promotor Dr. Dimas, exigindo uma rápida solução.

Onde vivemos? Numa sociedade onde alguém com posses, com muito dinheiro, consegue ter influência no nível do Poder Judiciário e consegue se impor pelos desmandos e pela prepotência. Agora, no mês de março, mais precisamente, no dia 6 de março, sábado, por volta das 19h30min, um telefonema anônimo, falando em morte e agressões à sua família, foi recebido pelo Promotor. Se um Promotor de Justiça sofre uma situação dessas, imaginem um cidadão comum. Imaginem a D. Mirtes, da Comissão de Direitos Humanos do conglomerado da Barragem Santa Lúcia; imaginem o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia; imaginem qualquer cidadão ou cidadã comum, indefeso diante de prepotência como essa.

Penso que isso nos mostra claramente a barbárie que, cada vez mais, se instala na nossa sociedade, fruto de um processo de exclusão social e de submissão a um capital sem pátria, que leva a uma desorganização total da sociedade, a um enfraquecimento de instituições e de valores que devem ser caros para todos nós.

Entendemos, portanto, que deve haver uma ação desta Casa em solidariedade ao Dr. Dimas, exigindo a punição desse bandido Marcelo Haddad, traficante, ladrão de carros e estelionatário. O que mais nos agride nisso tudo, minhas senhoras e meus senhores, é que a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo fato de o cidadão ser não advogado, mas "adevogado", está prestando total solidariedade a esse senhor por causa do espírito de corpo. Que espírito de corpo é esse que passa por cima da ética? Pretendemos também denunciar à OAB Federal esse fato e a posição que a OAB está tendo naquela cidade.

Dizem até que o Ministério Público, ou seja, o atual Promotor, está perseguindo, há muito tempo, desde seu último processo de fevereiro, o Sr. Marcelo Haddad. Mas o Promotor Dr. Dimas chegou lá no mês de março. Seria um absurdo alguém imaginar que isso pudesse estar acontecendo. Também deixamos bem claro que a nossa denúncia de uma ação isolada de um Juiz não se trata, em hipótese alguma, de uma posição com relação ao Poder Judiciário. Discordamos totalmente do que o cacique do PFL nacional, o Sr. ACM, Antônio Carlos Magalhães, vem fazendo hoje, quanto a perseguir e tentar desmoralizar o Poder Judiciário em nível nacional. Estamos nos referindo a um caso ocorrido em Lavras, para que o Poder Judiciário tome providências, nunca na linha da instituição da justiça, que é fundamental para qualquer processo democrático. Pensamos que a justiça deve ser fortalecida em Minas Gerais e em nível nacional, e não enfraquecida, porque sabemos das intenções malvadas daquele Sr. Antônio Carlos Magalhães. Sua intenção é enfraquecer o Poder Judiciário, para que qualquer reforma ou prepotência do Poder Executivo não seja, de forma alguma, questionada pelo Poder Judiciário. O objetivo dele é esse, mas o nosso não é. Estamos ressaltando a importância do Ministério Público. No caso do Dr. Dimas, não estamos, com isso, excluindo a existência de pessoas no Ministério Público que não mereceriam ser Promotores ou Promotoras de Justiça. Na CPI do Sistema Carcerário, acompanhamos bem de perto situações como essa, mas estamos dizendo que essas instituições, como também o Poder Legislativo, são fundamentais para o processo democrático. Estamos encaminhando esse requerimento sabendo que o Dr. Dimas é conhecido do Deputado Marco Régis - penso que tenha sido Promotor na mesma cidade ou na mesma região dele - e que tem uma folha de serviços prestados à sociedade que merecem ser destacados. Gostaríamos de registrar a nossa solidariedade e, quanto aos requerimentos que apresentaremos, pedimos o apoio de todos os Srs. Deputados.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes que se encontram nas galerias da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, não gostaríamos que este Plenário entendesse a nossa intervenção, nesta tarde, como uma reestria nesta tribuna, depois da dádiva de sermos reeleitos para um segundo mandato parlamentar. Gostaríamos que, diante da gravidade de fatos denunciados neste momento pelo nobre Deputado Durval Ângelo, do PT e membro da Mesa Diretora desta Casa, a nossa fala fosse considerada um aparte mais prolongado à fala do referido Deputado. Por essa razão, gostaria de, honesta e sinceramente, pedir desculpas ao Deputado Márcio Cunha, que se inscreveu antes de nós para falar, mas, diante da necessidade de um aparte prolongado à fala do Deputado Durval Ângelo, tivemos a necessidade de fazer essa inscrição, atropelando a do nobre colega Márcio Cunha. Pedimos-lhe desculpas.

Após essas desculpas, queremos dizer que nos sentimos excluídos, às vezes, pelo Regimento desta Casa ou, até, por imposições da Mesa Diretora. Deputados como nós, solitários, quase que isolados, pois fazemos parte de bancadas que o Regimento ignora, uma vez que só são consideradas as constituídas por um mínimo de 5 deputados. Já tivemos a oportunidade de cumprir aqui um mandato e, realmente, fomos excluídos, pois não fizemos parte de comissões especiais, de comissões de veto e de comissões parlamentares de inquérito, não tendo, por conseguinte, holofotes sobre nossas cabeças para que pudéssemos aparecer para a mídia e a população mineira. Daí o nosso veemente protesto, e, em breve, vamos caracterizá-lo em forma de requerimento ou de questão de ordem dirigida à Mesa da Assembléia, para que se faça justiça na Casa do Povo Mineiro. Aqueles que forem eleitos para um mandato parlamentar de 4 anos, embora sozinhos, devem dispor, pelo menos, da consideração de poderem participar de certos procedimentos desta Casa.

Mas, voltemos ao tema que nos trouxe a esta tribuna. Deputado Durval Ângelo, o fato que V. Exa. aqui denunciou é da maior importância e gravidade. Gostaria de começar reportando-me a um pronunciamento que aqui fizemos e que consta dos Anais da Assembléia Legislativa, no volume 5, nº 11, de novembro de 1997. Nele, nós, apartando o Deputado Durval Ângelo e o Deputado João Leite, então membros da CPI Carcerária, referimo-nos ao equívoco de termos, na Secretaria de Segurança Pública, um Delegado de Polícia. Essa presença, como aconteceu no Governo passado, gerou certos constrangimentos a nós, Deputados civis, porque, na verdade, não pudemos agir com presteza em relação a muitas distorções e violências praticadas no meio policial. Tínhamos aqui, também, um representante da Polícia Civil, que tinha muito mais influência sobre o Secretário, por serem colegas de profissão. Naquele dia, denunciava, e aqui estão as nossas palavras: "Temos que acabar com o corporativismo na Secretaria de Segurança Pública e, assim, abolir casos de Delegados e policiais assumindo a Secretaria." Por que dizíamos isso? Porque a filosofia do Governo passado, de estabelecimento de parcerias no Estado, gerou um fato distorcido em Minas Gerais, pois o povo já paga tributos e não pode ser onerado com parcerias para sustentar o Estado. Um Estado mínimo do neoliberalismo tem que assumir, pelo menos, as responsabilidades aqui preconizadas pelo Deputado Edson Rezende na área de educação. Além disso, tem que assumir a segurança pública e a saúde, ou, então, estaremos tornando-nos uma massa amorfa e o Estado não será mais mínimo, mas virtual, inexistente. Essa parceria da sociedade com a segurança pública não é admissível, porque, na verdade, criamos, em muitos pontos do Estado, uma parceria entre autoridades de segurança pública e o banditismo. Um dia, terei a oportunidade de aqui denunciar parcerias de bandidos com Delegados pelo interior de Minas Gerais, porque sabemos que muitos Delegados estão à caça de ladrões de galinha e de usuários ou traficantes de maconha, enquanto estão comprometidos com traficantes de algo maior, como a cocaína, que dá muito mais dinheiro. Assim, colocam-se em troncos como defensores da lei, punindo os ladrões de galinha e os usuários de maconha, enquanto se beneficiam dos usuários da cocaína. O Promotor de Justiça Dimas Messias de Carvalho não foi representante do Ministério Público nas regiões onde vivi.

Conheci, quando Prefeito da minha cidade, o representante do Ministério Público, Dimas Messias de Carvalho. Minha mulher, que é advogada, fazia um curso de especialização em Direito na Universidade de Alfenas, e o Dr. Dimas também frequentava esse curso. Na época, era Promotor de Justiça no Município de Paraguaçu. Depois, conseguiu transferência para a Comarca de Bom Sucesso. Recentemente, foi transferido para a Comarca de Lavras.

Sinto necessidade de defendê-lo porque tenho o privilégio de gozar da amizade desse membro do Ministério Público, instituição que, desde a Constituição de 1988, não deve ser confundida como uma dependência do Poder Judiciário. Na verdade, seria hoje o quarto Poder da nossa Nação, porque o Ministério Público não está atrelado nem ao Executivo nem ao Judiciário. É uma instituição autônoma. O Dr. Dimas é uma pessoa qualificadíssima, professor universitário de Direito, zeloso de suas atribuições no Ministério Público, onde goza de grande apreço e amizade de seus colegas. Tem razão quando se preocupa com as ameaças feitas contra si próprio, contra sua família e contra pessoas de sua convivência. Foi o que ocorreu com o estagiário do Ministério Público da Comarca de Lavras, Humberto Amâncio, conhecido como Beto, cuja namorada teve sua casa invadida, foi agredida a coronhadas e amordaçada, como um princípio de cumprimento das ameaças desse cidadão, que, conforme o Deputado Durval Ângelo, é um bandido, porque foi condenado em

vários processos por estelionato, lesões corporais, favorecimento real e coação no curso de processos. Pesam, ainda, acusações de ser companheiro de banca de escritório de outro cidadão, o Cap. Osvaldo Gonçalves, policial militar aposentado da PM e ex-integrante de elite dessa polícia, como membro da polícia secreta da P2, da PMMG.

Por isso, temos o dever de denunciar desta tribuna as ameaças contra o Promotor de Justiça da Comarca de Lavras, contra aqueles que o cercam, porque são ameaças procedentes de pessoas que têm influência naquela cidade, de pessoas poderosas, pertencentes a um círculo de amizades também poderoso, e, possivelmente, até de pessoas com envolvimento com o narcotráfico, motivo que apontamos no início da nossa fala, isso é, o crime organizado, uma grande ameaça que paira sobre os brasileiros.

Esperamos que providências sejam tomadas pela OAB-MG, por S. Exa. o Secretário da Segurança Pública, Deputado Federal Mauro Lopes, e pelo Comando da Polícia Militar de Minas Gerais. Na verdade, se o Comando-Geral da PM enviar para Lavras um emissário com poderes para apurar tais acontecimentos, provavelmente poderá sufocar o poderio do outro militar aposentado, que tem tráfico de influência, em virtude de haver exercido o poder durante muito tempo naquela região. Por isso, a nossa intervenção nesta tribuna, a fim de nos solidarizar com o Deputado Durval Ângelo e com o Promotor da Comarca de Lavras, Dr. Dimas Messias de Carvalho.

Tenho certeza de que, na semana que vem ou proximamente, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, enviará uma representação àquela cidade para ouvir o Promotor de Justiça e os demais envolvidos. E que nós, outros Deputados interessados no caso, no combate ao narcotráfico em Minas Gerais e no combate ao crime organizado, possamos nos envolver nesse episódio, para que seja resguardado o Ministério Público e o cumprimento da justiça, por intermédio do Poder Judiciário e também nossos membros do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Queremos, neste momento, encaminhar favoravelmente ao requerimento em nome do PSDB e em meu nome particular, a partir de um Acordo de Líderes que ocorreu agora, à tarde. Gostaríamos de cumprimentar o Líder da Maioria, o Presidente desta Casa e todos que se envolveram na decisão desse início de divergência em relação à votação desse requerimento, porque prevaleceu, sobretudo, o diálogo nesta Assembléia. O diálogo é o exemplo em que nos miramos para modelar o nosso comportamento de pessoas racionais e, principalmente, de representantes do povo.

E não ficaria bem se acontecesse o que aconteceu com relação ao requerimento, porque ele iria desaguar, certamente, numa atividade político-partidária, e a instituição sairia arranhada - para os outros Poderes, até - como um mau exemplo. De repente, podemos ser atropelados por pessoas dos outros Poderes, sabendo que somos vulneráveis. E, dessa forma, através do entendimento, através da sintonia entre os Líderes - que representam, em suma, todos os Deputados desta Casa -, prevaleceu o diálogo e houve o acordo, porque sabemos que, se se partir para o interior - a nossa divergência foi principalmente com relação à realização dos eventos no interior -, num primeiro momento isso aparentemente não mostra problema, mas sabemos que no interior existem as hostilidades partidárias, existem os oportunistas e, às vezes, até a falta de conhecimento da própria sociedade política, que começa a hostilizar e traz problemas. O que vai desaguar lá é uma discussão com relação a essa situação de endividamento de Minas, mas que certamente passará pela discussão do pacto federativo. O pacto federativo vai envolver também a discussão das reformas tributária e fiscal, e acredito que tudo isso tem de ser discutido primeiramente pela sociedade política, por aqueles que detêm cargos, como Deputados, Prefeitos e Vereadores. Então, seria de boa conduta, de bom juízo que se discutisse no fórum adequado, através da Assembléia ou promovendo a teleconferência, com o que estamos perfeitamente de acordo, depois de explicado às partes, e com a ressalva de que na solenidade de Ouro Preto vamos discutir o problema. Teremos também, nas teleconferências, pessoas de outros partidos. Então, queria, mais uma vez, congratular-me com o Presidente da Casa e com os Líderes por esse entendimento. É por isso que votamos favoravelmente ao requerimento. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, queria também, a exemplo do Líder do PSDB, Deputado Hely Tarquínio, cumprimentar a Mesa pela apresentação do requerimento e também parabenizar a Presidência desta Casa e o restante da Mesa por trazer, de forma democrática, o debate a Plenário, através de solicitação feita pelos partidos da Minoria nesta Casa, pelos partidos da Oposição, no caso o PSDB e o PFL. Trata-se de um requerimento e, agora, de um substitutivo de Acordo de Lideranças, de uma importância, no nosso modo de entender, muito grande. Digo isso em nome da Bancada do PT, por ser um momento especial que vivemos, de crise profunda em nosso País, com o que sofrem os trabalhadores, os explorados, os oprimidos. São eles que sofrem com a consequência de uma crise que, ao contrário do que alguns tentam alardear, deve, infelizmente, aprofundar-se com as medidas recentes adotadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, em conluio com o FMI. Política que deve se agravar, até mesmo pelos acordos e pelos pressupostos do acordo feito com esse Fundo. O próprio Governo se responsabilizou, junto ao FMI, em manter uma inflação acima de 16% como meta. Lembramos que quase sempre as metas não são obtidas e, infelizmente, o alcance da inflação deverá, com as medidas adotadas, ser ainda maior do que o anúncio dos 16,8% almejados e já acordados com o FMI.

Portanto, o nosso povo sofrerá defasagem e arrocho salarial novamente, com uma inflação, provavelmente, superior a 20%. De acordo com alguns economistas não socialistas, que vivem e defendem o mundo do capitalismo, há a possibilidade de a inflação chegar à casa dos 30%, 40% e até 60%, caso outras medidas não sejam tomadas. Então, é evidente o sofrimento que virá para os trabalhadores brasileiros, visto que o próprio Governo Federal não aceita indexar salários, não aceita nenhuma forma de reposição, no salário do trabalhador, da inflação que advirá dessa crise.

Em segundo lugar, o acordo pressupõe um decréscimo do Produto Interno Bruto - PIB - em torno de 4%. Esse índice significa a maior recessão que o Brasil já viveu em todos os tempos. Se o índice de 4% não for alcançado ou for superado - o que também é uma possibilidade -, haverá milhões e milhões de desempregados nos próximos meses, certamente durante todo este ano. E isso é um sofrimento ainda maior para o nosso povo.

Outros acordos foram feitos, acordos esses que estabelecem que Estados e municípios apertem ainda mais os cintos, dificultando o entendimento entre eles. Vivemos um período de crise, e a possibilidade de seu agravamento é real, devido à postura e à política econômica ditada pelo FMI e obedecida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Governador Itamar Franco tem tido o apoio do PT exatamente porque está subentendida a necessidade de um enfrentamento da política econômica em curso, enfrentamento esse necessariamente pacífico, mas também permeado de mobilizações populares que possam fazer aqueles que dirigem o nosso País enxergar a necessidade de mudanças e de reformas de fato democráticas; reformas que passam por gerar emprego e fazer crescer o nosso País; reformas que passam pela reforma agrária no campo, para que os trabalhadores tenham terra para produzir; reformas que passam por uma nova política econômica, fiscal e tributária, que divida rendas; reformas, enfim, de caráter democrático, que possam apontar uma saída para a crise, do ponto de vista dos trabalhadores e dos oprimidos.

São essas questões que queremos discutir, além, é claro, do endividamento de Minas; da situação em que se encontra o nosso Estado; da renegociação dessa dívida como uma necessidade para o povo mineiro; do pacto federativo, que também pressupõe uma autonomia financeira dos Estados para que possam ter o papel de intervenção nos setores sociais e aliviar a crise no Estado de Minas Gerais.

É claro que, dentro desta Casa Legislativa, há pensamentos variados e diversificados, e, necessariamente, temos que estar em busca de acordos. Demos um passo importante hoje, fazendo um Acordo de Lideranças que possibilita essa discussão no âmbito da teleconferência que realizaremos no dia 15, do ato para a constituição de uma frente parlamentar pela autonomia dos Estados, que faremos também na segunda-feira, e da participação da Assembléia Legislativa no ato de Ouro Preto, no dia 21, que já é histórico.

Estivemos, neste Acordo, fazendo concessões, "abrindo mão" para que a Assembléia Legislativa participe como autora dos debates que serão feitos no interior. Isso não significa, obviamente, que qualquer partido político, qualquer entidade sindical e popular não possa realizar manifestações, atos e reuniões em sua cidade. Gostaríamos muito que isso acontecesse, não do ponto do impulso da Assembléia Legislativa enquanto instituição, mas do ponto em que os partidos políticos, as entidades sindicais, os sindicatos, os movimentos organizados possam levar essa discussão para o nosso povo no interior, de forma que, conhecendo a dimensão dessa crise, ajude-nos na busca de soluções adequadas ao conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, em nome do PT e em nome também do Acordo de Lideranças, gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação do substitutivo de Lideranças apresentado por todos os partidos desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar este requerimento, agora já absolutamente mudado; mudado dentro de um acordo feito entre todos os partidos, entre a Minoria e a Maioria; quero dizer que em nenhum momento a Oposição desta Casa, nós, do PSDB e do PFL, chegamos a discutir o mérito do projeto. Entendemos que a proposta apresentada pelo Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, é uma proposta, acima de tudo, responsável: a inserção do Poder Legislativo no processo de orientação, de discussão desse grave problema que o Estado de Minas está vivendo. Nós nos reservamos o direito de fazer, no momento necessário, a discussão do mérito do projeto.

No entanto, o projeto estava dividido em quatro partes. A primeira parte seria realizada na próxima segunda-feira, dia 15, com uma teleconferência, com a participação de ilustres

autoridades, pessoas responsáveis, capazes de dar respostas às indagações do Estado e da Nação. Seria, na verdade, uma posição oficial do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais diante dessa crise que estamos vivendo.

Com relação a esse item, é necessário dizer que em nenhum momento nós nos colocamos contrários a ele. Fizemos apenas a alegação de que, nessa teleconferência, no assento à mesa, reivindicaríamos que pelo menos uma figura ilustre, com conhecimento, pudesse participar, ligada à Oposição desta Casa, para que se estabeleça o contraditório.

Fomos plenamente acatados na nossa proposta e na segunda proposta: que, após essa teleconferência, fosse desencadeado esse movimento, com a participação de outras autoridades de outros Estados, acredito eu de outros Poderes Legislativos de todo o nosso País, porque não adianta apenas o nosso Estado iniciar um movimento dessa envergadura, chamando a atenção para a discussão do federalismo, a discussão do papel dos Estados nesse pacto federativo, sem que haja outras opiniões e outras participações. Parece-me que o processo, até então, está bem conduzido, e nós depositamos na Mesa Diretora da Casa, na pessoa do Presidente Anderson Adauto, a nossa confiança em que isso venha a acontecer num nível bastante elevado e mostrando a todo o País a posição dos Deputados e do povo do Estado de Minas Gerais, legitimamente representado pelos 77 Deputados.

Com relação ao terceiro item, que seria uma proposta de se levar a discussão para o interior do Estado, entendemos que, após a turbulência inicial e maior com as posições contrárias, tanto de elementos da União com relação ao Estado como do Estado com relação à União, antevíamos, como antevemos, que as coisas se estão encaixando na ordem natural da discussão, que se tem travado entre Minas e a União.

Entendemos que a economia já dá mostra de certa pacificação, certa estabilização. Os ânimos políticos já se acalmam um pouco mais, em função de uma discussão maior, em função de uma unidade maior para nosso País e em função de nossos Estados, particularmente de Minas Gerais. Ao levarmos essa discussão para o interior, tenho certeza absoluta de que, como tínhamos, poderia haver um retrocesso nesse processo de estabilização política, econômica e social de nosso País. Assim, fizemos a proposta de que esse item fosse retirado ou, pelo menos, que a discussão fosse adiada para outra ocasião, para que, aí sim, a Assembléia pudesse fazer-se presente nos grandes centros, nas grandes cidades, em um clima totalmente diverso do que estamos vivendo. Quero louvar a atitude das Lideranças desta Casa - da Oposição e da Situação -, na pessoa principal do nosso Presidente e da Mesa Diretora, que tinha e tem a responsabilidade desse projeto - que era de sua iniciativa, mas que, após esse entendimento, passa a ser de iniciativa institucional de toda a Assembléia Legislativa, legitimando um ato, porque a Mesa pode nos representar nos atos legais, mas a instituição tem de se fazer presente, com a participação da maioria absoluta, pelo menos, dos membros da Casa.

Quero louvar também o desprendimento e a predisposição ao diálogo da Liderança da Maioria, na pessoa do Deputado Paulo Pettersen, nosso particular amigo, na pessoa do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e nas pessoas dos Líderes de partidos, porque quem venceu foi o Legislativo, foi a unidade, foi a força do diálogo, que tem de prevalecer sobre qualquer circunstância e acima de qualquer interesse pessoal ou político-partidário.

Finalmente, o quarto item é aquele que prevê uma manifestação no dia maior de nosso Estado, 21 de abril, com posicionamentos sérios e responsáveis e com a prévia participação de todas as bancadas e tendências na discussão de como transcorrerá esse fato importante do dia 21 de abril. Manifestamos nosso apoio ao substitutivo e colocamo-nos inteiramente abertos ao diálogo. Falo em nome da Minoria, ou seja, em nome do PSDB e do PFL, com a aquiescência dos Líderes desses partidos, para que possamos dar nossa contribuição e fazer com que Minas Gerais lute legitimamente por seus direitos, dentro da ordem constitucional e do entendimento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Infelizmente, estamos acompanhando o desdobramento que, nas últimas semanas, nos últimos dias, tem tomado corpo neste Parlamento.

Por um lado, fico feliz, porque não podemos negar a história do nosso Estado; não podemos negar o procedimento dos maiores estadistas que aqui passaram; não podemos subestimar o diálogo, que foi a pavimentação para se chegar ao cerne de um projeto que, mesmo aditivado pela Minoria, teve no seu cunho e no seu bojo um alcance também proporcional ao da Maioria. Temos aqui, nesta Casa, que pensar um pouco mais; que deixar as questões do passado para nos firmarmos no presente, que hoje aflige a sociedade mineira e o nosso País.

Não poderíamos nos dar ao luxo de deixar de fora essa Minoria, que tem responsabilidade tanto quanto a Maioria, porque tem nesta Casa a mesma representatividade. Muitas vezes, somos mal interpretados aqui, porque talvez os limites que nos fogem alcancem menor importância, transformando-se também num acontecimento que é do interesse da nossa sociedade. Quando essas dúvidas pairam, quando se processa e se estabelece um entendimento, mostramos, mais uma vez, que o parlamento mineiro, na sua plenitude, nunca fugirá ao chamamento maior, mais importante, mais imediato, que é o que a sociedade espera de cada um de nós.

Quero ser solidário, mais uma vez, com a Minoria. E quero que o Sr. Presidente desta Casa, que começou muito bem os seus trabalhos, esteja voltado para a responsabilidade, para operacionalizar a democracia, que é a capacidade e a virtude de receber os impactos que talvez V. Exa. não queira, que talvez nós todos não queiramos. Mas a democracia é maior do que nós. Este parlamento há de dar primazia ao norte pelo qual devemos caminhar ao lado da sociedade e das suas agruras. Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos nos somar a essa totalidade para ver se, de fato, venceremos essa crise que aflige a nossa sociedade. Para isso, temos que estabelecer a humildade, o desprendimento e o bem comum.

Dentro desses propósitos, coloco-me como mais um ao lado de vocês para empunhar essa bandeira, para nos entrincheirar contra as adversidades que ora afligem a nossa sociedade. Nesse caminho, a Assembléia de Minas e os parlamentares mineiros se sobressairão para dar o exemplo a este País, para que possamos juntos vencer essa crise que está nos roubando o emprego, impedindo que o setor produtivo permanentemente se desenvolva. Se ficarmos calados e omissos, vamos pagar em breve por aquilo que não queríamos: ficar silenciosos ou não ter a iniciativa que a sociedade espera e nos cobra.

Hoje, começamos dentro desse desdobramento acordado aqui. Amanhã, tenho certeza, a Maioria e a Minoria sairão por todos os rincões de Minas, não apenas nos limites aqui acordados, mas por todo este Estado, para levar o esclarecimento, o entendimento. Seremos os responsáveis pela discussão e pelo debate do que passa pela sociedade mineira e no nosso Estado.

Isso também é responsabilidade nossa. Tenho certeza de que haveremos de traçar ou de renovar neste Estado uma nova filosofia, para encontrarmos uma solução, em curto prazo, para os problemas que nos afligem. Tenho certeza de que o mapa do nosso Estado será desenhado pela força jovem deste parlamento. Eles, sem sombra de dúvida, serão o timoneiro para erradicar ou tentar erradicar definitivamente os problemas e a crise. Hoje esta Assembléia acorda para dar um basta e um chute nessa miséria, em busca do progresso que a sociedade espera de nós. Sr. Presidente, Srs. Deputados que formam este parlamento, temos de dar o exemplo ao Brasil, porque Minas nunca ficou fora dos acontecimentos nas horas em que este País mais precisou. Não será agora, com este parlamento totalmente renovado, de pessoas inteligentes e que sabem o que querem, e de grande alcance, que ficaremos fora. Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza de que esse foi o primeiro passo, outros virão, e Minas será, sem sombra de dúvida, respeitada no cenário nacional.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, gostaria de transferir o encaminhamento desta votação ao ilustre membro da nossa bancada, Deputado Rêmolo Aloise.

Antes, gostaria de prestar a minha homenagem ao espírito democrático e conciliador de V. Exa., ao Líder do Governo e aos Líderes dos demais partidos de base e sustentação do Governo nesta Casa, pelo bom entendimento. Acredito que todos nós, hoje, aprendemos uma lição. Talvez estejamos também dando uma lição: através do diálogo e da busca do entendimento, os objetivos serão alcançados.

Gostaria de solicitar a V. Exa. a transferência do encaminhamento ao Deputado Rêmolo Aloise, em nome da Bancada do PFL.

O Deputado Rêmolo Aloise - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caro Líder Deputado Sebastião Navarro Vieira, neste momento agradeço-lhe a maneira tão gentil com que, como companheiro do PFL, deu-me esta incumbência de vir a esta tribuna para expor a nossa posição diante da aprovação do substitutivo que estamos discutindo.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer os meus cumprimentos à Mesa desta Casa. Como Deputado de terceiro mandato, já membro de duas Mesas, tenho de dizer, em breves palavras, que, uma vez mais, a Mesa acertou e mostrou, com desprendimento e com suprapartidarismo, que está preocupada com os problemas do Estado. Irei um pouco mais além, Sr.

Presidente: essa questão não é só de Minas, é também do Brasil. Essa questão é do País, porque, se Minas, neste momento, encontra-se em dificuldade, tenho certeza absoluta de que os outros Estados também se encontram como Minas. Este é um momento de dificuldade, sabemos que precisamos tomar uma diretriz, um caminho. Essa abertura não é só de Minas, está explícito no requerimento que os outros Estados estarão aqui presentes para defender as suas posições e expor, diante desta Casa, a sua situação. Assim, Minas, uma vez mais, através deste Poder e desta instituição, abre as suas portas para o País, mostrando que é dessa maneira que se faz a democracia e que se mostram as dificuldades em que nos encontramos.

Parabéns à Mesa desta Casa, às Lideranças - maiores e menores - e aos Líderes do Governo e dos partidos. Só podemos dizer que mostraram a grandeza no início desta 14ª Legislatura. O respeito é o princípio de que todos nós, parlamentares, não podemos abrir mão, e hoje, nesta Casa, quando, no Salão Vermelho, a Oposição e a Situação discutiam, percebemos que tudo caminhava para a inviabilização desse projeto. Entretanto, devido ao bom-senso daqueles que, no momento exato, sabem conversar, estamos, nesta tarde, com o nosso dever de parlamentar cumprido. Só posso dizer que esta Casa sempre caminhou para o entendimento nas horas difíceis, e, mais uma vez, este parlamento está de parabéns. Tenho a certeza absoluta de que o Brasil inteiro, no dia 15, estará voltado para esta Casa, devido à grandeza e à qualificação dos temas que serão discutidos, para sabermos que rumos serão tomados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou-me alongar porque os que me antecederam já ressaltaram os aspectos relevantes do encaminhamento do substitutivo. Todavia, gostaria de ressaltar a visão da Mesa Diretora desta Casa, que, em bom momento, propôs esse projeto tão importante e significativo para o momento que estamos vivendo. Se o projeto não teve a tramitação mais adequada nesta Casa, assim ocorreu, com toda a certeza, no afã de que não perdêssemos o momento e a oportunidade de realizar tais eventos. Entretanto, como não podia deixar de ser, esse projeto acabou sendo respaldado pelo Plenário como um todo e por todos os partidos que compõem este Poder Legislativo. Nesta oportunidade, queria também dizer que este Plenário continuará a ser o cenário do debate, do embate e do contraponto, porque aqui temos Situação e Oposição. Mas, com toda a certeza, o exemplo dado nesta data é o de que, quando os interesses de Minas falarem mais alto, com toda a certeza haveremos de buscar o entendimento, a sintonia e a convergência para que tais interesses jamais sejam ultrajados. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das galerias, funcionários da Casa, profissionais da imprensa, ocupo esta tribuna para a prática de um ato que considero de justiça. Quero fazer a apologia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG -, um fantasma que deu certo.

Quando o Prof. Aluísio Pimenta, em março de 1991, assumiu a reitoria da UEMG, a convite especial do Governador Hélio Garcia - seu ex-aluno de Química no Colégio Santo Agostinho -, soube que sua função seria de "reitor-organizador". Com o nível de Secretário de Estado, assumiria a UEMG, uma Universidade "multicampi", criada por dispositivo constitucional, localizada em Belo Horizonte e mais nove cidades do interior onde havia fundações de ensino superior criadas à época do Governo Magalhães Pinto.

Seguindo o preceito constitucional, haviam optado por participar da estrutura da universidade em Belo Horizonte a FUMA, atual Escola de Design; o Curso de Música, hoje Escola de Música; a Escola Guignard; e o Curso de Pedagogia, hoje Faculdade de Educação da UEMG. No interior, as fundações que optaram por fazer parte da UEMG situavam-se em Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas, Teófilo Ottoni, Uberaba e Varginha. Ao todo, 12 unidades, isto é, 12 "campi" constituíram a UEMG, sendo que Teófilo Ottoni se desligou mais tarde e Uberaba não foi incluída por não dispor, na época, de uma fundação.

O Prof. Aluísio Pimenta, durante 17 anos, colaborou na criação e na reforma institucional de cerca de 30 universidades na América Latina. Estudou com detalhes o processo de criação das universidades estaduais dos Estados Unidos, dentro de um processo de interiorização do ensino superior e do estabelecimento de uma ativa parceria com o setor rural. Foram criados naquele país os chamados Land Grant Colleges. São instituições de ensino superior apoiadas por doação de terrenos ("land grant") por parte do Governo Federal aos governos estaduais, para a criação delas.

Esses Land Grant Colleges deram origem aos sistemas estaduais de universidades "multicampi", amplamente voltadas para estudo e apoio a programas regionais, sem se descuidarem do pensamento e da ação universal. A maioria dos Estados norte-americanos é dotada, atualmente, desse sistema "multicampi", ao lado de universidades particulares. Nos Estados Unidos não existem universidades federais.

No Brasil, a primeira universidade "multicampi" de que tenho conhecimento foi a UNESP, em São Paulo, com 16 "campi". Em um espaço de 15 anos, ela foi constituída pela agregação de instituições preexistentes, como no caso de Minas, e é, hoje, das mais importantes universidades do País, com um orçamento superior a R\$400.000.000,00 por ano.

Dentro do mesmo procedimento, foram criadas universidades estaduais "multicampi" em outros Estados como Santa Catarina, Paraná, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.

Minas Gerais vinha com atraso, mas trazia uma grande vantagem: a UEMG era criada por representação direta do povo mineiro, sua Assembléia constituinte, ou seja, por exigência da Constituição mineira.

Muitos pensaram que assumir essa tarefa seria quase uma loucura ou vestir a roupa de Dom Quixote. Cerca de 20 dias depois de sua nomeação, a revista "Veja" publicou uma reportagem em que dizia: "O ex-Ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, 67 anos, ganhou um presente. Foi nomeado Reitor da Universidade Estadual de Minas Gerais". E, jocosamente, dizia: "O curioso é que a universidade é uma ficção acadêmica. Só existe no papel, e seu único funcionário é o Reitor".

Essa reportagem, ainda que maldosa, deu ao ilustre professor coragem e ânimo para a luta. Em verdade, ele era o único funcionário. Não tinha sede nem orçamento, mas tinha um grande potencial, do qual muitos não se dão conta: os alunos, os professores, os funcionários das fundações, a comunidade do interior, tão abandonada, apesar de tão valorosa. Ele trazia na carne o exemplo de um estudante pobre que teve que trabalhar duramente para fazer seu curso universitário e que, juntamente com os dez irmãos, veio estudar em Belo Horizonte, e nenhum voltou à sua localidade de origem.

Conseguiu uma reitoria provisória, convocou os dirigentes das fundações, os alunos e a comunidade. Visitou amplamente as cidades-sedes, discutiu e pediu apoio aos Prefeitos, às Câmaras Municipais, aos Deputados de todas as regiões. Todos colaboraram, indiferentemente de filiação partidária ou ideologia. A UEMG era, e deve ser, um projeto suprapartidário, a menos que resulte em fracasso.

Estabeleceu, então, uma estratégia: fazer a universidade à qual batizou de UEMG sair do papel, passando por cima de todas as dificuldades. Fazê-la presente para que pudesse se apresentar e não ser uma ficção.

A expectativa era grande. Esperava-se que as fundações fossem logo absorvidas e a Universidade se tornasse gratuita de imediato. Foram realizados levantamentos e verificou-se que, apesar da qualidade humana de dirigentes, funcionários e alunos, as faculdades eram desprovidas de boas bibliotecas e laboratórios de nível universitário - fato que, diga-se de passagem, ainda acontece com a maioria das faculdades e escolas do interior de nosso Estado e do País. O número de professores com mestrado e doutorado era mínimo. Muitos dos cursos eram ministrados nos fins de semana.

Havia, entretanto, em cada fundação uma experiência adquirida com luta, sem o apoio oficial. Apesar de o Governador Hélio Garcia assumir o compromisso de apoiar a UEMG, seus colaboradores nas áreas de decisão, temos que reconhecer, não cumpriram as promessas, criticavam, como fez a revista "Veja", a "fantasia" de Aluísio Pimenta.

Foram reunidas as comunidades locais, especialmente o corpo discente, e foi proposto aos alunos que continuassem a contribuir com as mensalidades. Tinha-se por base legal um parecer da Consultoria-Geral do Estado, uma vez que as unidades já recolhiam mensalidades dos alunos, antes de fazer parte da UEMG.

A estratégia era organizar a Universidade do ponto de vista acadêmico, mesmo sem a absorção definitiva das unidades. Pretendia-se: 1 - estabelecer um programa de capacitação dos professores utilizando bolsas da CAPES, do CNPq e, posteriormente, da FAPEMIG; 2 - racionalizar a administração, dando-lhe cunho institucional; 3 - equipar as bibliotecas e modernizá-las; 4 - informatizar as unidades de Belo Horizonte e do interior; 5 - melhorar as condições de ensino e terminar com os cursos de fim de semana; 6 - criar laboratórios e

melhorar os existentes; 7 - criar novos cursos atendendo ao interesse das regiões; 8 - desenvolver programas de pesquisa voltados ao desenvolvimento regional; 9 - criar programas de extensão universitária e de serviços à comunidade; 10 - criar alternativas de financiamento até que os cofres do Estado de Minas e a burocracia dos setores das Secretarias do Planejamento e da Fazenda entendam a importância da Universidade; 11 - desenvolver ações complementares, como emendas ao orçamento federal, verbas do MEC, destinadas à melhoria de bibliotecas e equipamentos, e, especialmente, a prestação de serviços às secretarias de Estado, às Prefeituras e parcerias com o setor privado.

Para isso foi criada a Fundação Renato Azeredo, entidade de direito privado que vem desenvolvendo importante papel de apoio a programas da UEMG. Foi estabelecido um cronograma de absorção das unidades pela Lei nº 11.539, de 1994 - resultado de amplo debate com as Secretarias de Administração, da Educação, da Fazenda e do Planejamento e a Procuradoria-Geral do Estado.

Nesse estágio, assumiu o governo o Dr. Eduardo Azeredo, com o compromisso de apoiar a consolidação da UEMG. A Lei nº 11.539, de 1994, determinava que as unidades fossem absorvidas, o que significava absorver os professores e funcionários e destinar verbas para o funcionamento e equipamento da Universidade.

Em 1995, o Decreto nº 36.897 determinou a absorção das unidades de Passos e Ituiutaba, o que, no entanto, até o momento não se concretizou. A absorção das demais unidades está aguardando, até hoje, condições propícias. Mas não se pode aguardar somente a ação do Estado e cruzar os braços. É preciso tomar a iniciativa, ir à luta em prol da interiorização do ensino superior e da concretização da UEMG. Esse era o anseio da nossa juventude.

Estabeleceu-se uma estratégia. Criaram a UEMG, mesmo com o pouco apoio financeiro dos cofres do Estado, mas com o apoio da comunidade. E deu certo. Primeiramente, criou-se um grupo de dirigentes, professores e alunos que assumiram a UEMG, com um projeto de alto interesse de Minas. Hoje ela é reconhecida nacional e internacionalmente e tem vida própria, não é um fantasma. Estabeleceu-se o "campus" universitário em Belo Horizonte, com um Diretor-Geral eleito em lista tripartite e nomeado pelo Reitor, o mesmo acontecendo com os Diretores das faculdades. Os professores e funcionários do "campus" de Belo Horizonte são nomeados pelo Reitor. Os Conselhos de Legislação Superior, o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estão em pleno funcionamento. Os diplomas dos formandos, em todas as unidades, são assinados pelo Reitor e pelos Diretores, com reconhecimento do MEC.

A Universidade criou novos cursos em todas as unidades e tem 16 mil estudantes de graduação e mais 5 mil de pós-graduação "lato sensu". Já imaginaram, Srs. Deputados, que hoje a UEMG tem 21 mil alunos? Mantém um mestrado interinstitucional com a Universidade Federal de Ouro Preto e o CETEC-MG, em Engenharia dos Materiais. Acaba de firmar um convênio com a Universidade Federal UNI-RIO para promover cursos de pós-graduação na área de música. Mantém um mestrado de "design" automotivo em parceria com a FIAT e a FIEMG. Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, a FAPESMIG-UEMG, "campus" de Varginha, está desenvolvendo um mestrado à distância, de ampla repercussão nacional.

A UEMG melhorou enormemente. As instalações físicas dos dirigentes dos diferentes "campi" possuem uma das maiores redes de Internet em Minas Gerais, em pleno funcionamento, o que lhe permitirá estabelecer ampla liderança no ensino à distância. Desenvolve razoável programa de pesquisa e amplo e vitorioso programa de extensão universitária a serviço da sociedade.

Seria longo detalhar aqui os programas hoje desenvolvidos pela UEMG, mas são, sem dúvida, importantes na interiorização do ensino superior público estadual dirigido ao desenvolvimento regional de Minas.

Existe muito o que fazer ainda. Mas a UEMG traz em si a tempera do caboclo, o que faz dela um dos grandes instrumentos de Minas.

Lamentavelmente, tudo conspira e trabalha contra os homens e mulheres do interior, mas, quando as pessoas se assustam, estão presentes e prestando grandes benefícios, chegando mesmo à Presidência da República, como foi o caso de JK - menino pobre de Diamantina, que venceu todas as dificuldades e sacudiu este Brasil como Governador de Minas e Presidente da República -, dando passos avançados para que sejamos uma grande Nação.

E agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o ex-Ministro, ex-exilado, professor, mas, acima de tudo, um fanático da educação, Aluísio Pimenta, surgido das escarpas agrestes da histórica Peçanha, moldado na forja humilde, mas precisa, do povoado de Nelson de Sena, em São João Evangelista, alquimista hodierno, encontrou a pedra filosofal, peregrinando o mundo no tempo da ditadura, para transformar a então fantasia de alguns na realidade concreta de todos os mineiros: a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG -, um fantasma que deu certo.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Nobre Deputado, em meu nome e em nome da nossa bancada, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo seu discurso. Ouvi-o atentamente e fiquei satisfeito por vários motivos, entre eles por ser, realmente, um discurso de conteúdo e belíssimo. V. Exa. resgatou, sem dúvida alguma, a luta de muitos pela implantação dessa universidade que, hoje, é honra e glória para nós, mineiros.

A UEMG vem com dificuldades por não ser uma universidade virtual, mas real. Nesse sentido, quero reconhecer o trabalho do Prof. Aluísio Pimenta, que, como V. Exa. muito bem lembrou, nasceu no Distrito Nelson de Sena, em São João Evangelista. Aliás, antigamente - não sei se V. Exa. sabe - era chamado de Pintos. Lá também nasceu meu sogro. O Prof. Aluísio Pimenta é parente da minha esposa, e, por isso, temos acompanhado, de certa forma, o desenvolvimento da UEMG.

Fico muito feliz em saber do interesse de V. Exa., porque já havia conversado com o Líder do Governo para desarquivarmos o Projeto nº 1.901/98, do Governo passado, que autoriza a doação de alguns imóveis em oito municípios. O meu interesse específico, Sr. Deputado, é, sem dúvida, Belo Horizonte, por ser um Deputado, Vereador de então, especialmente votado nas regiões Nordeste e Leste da cidade, no Bairro Cidade Nova.

Fomos surpreendidos, certa feita, com a intenção do Governo do Estado de implantar, em frente ao CETEC, ao lado da SOBENCA, na Av. José Cândido da Silveira, uma delegacia, descaracterizando por completo as vocações daquela região. Sr. Deputado, juntamente com aquela comunidade, com a Ação Social da Paróquia Santa Luzia, do Cidade Nova, fomos atrás do Deputado Miguel Martini, do Deputado Osmani Pereira, que também são votados naquela comunidade, e conseguimos, além de impedir que para lá fosse uma delegacia, um decreto de doação assinado pelo Governador Eduardo Azeredo, que estabelecia que 29.000m² naquela região fossem separados para a implantação de um "campus" da UEMG.

Mas, mais do que isso, precisamos desse projeto hoje, porque é necessário legalizar essa doação e precisamos dar, em garantia, esses imóveis, para que possamos contrair empréstimos para a implantação definitiva e real de diversos "campi", entre eles esse sobre o qual falei, por que tenho tanto interesse e carinho.

Portanto, nobre Deputado, parabéns pela riqueza do seu pronunciamento e pelo seu interesse. Tenha certeza V. Exa. de que estaremos juntos, para, realmente, tornar a UEMG uma escola não virtual e para que o sonho de muitos possa se tornar efetivamente uma realidade.

Nesse sentido, quero dizer a V. Exa. que já conversei com o Prof. Bosen, que é uma pessoa extremamente preparada e que vai ao encontro de nossas aspirações, e com ele iremos trabalhar para tornar, de fato, essa universidade uma grande realidade para todos nós, mineiros. Agradeço mais uma vez a V. Exa.

O Deputado Ermano Batista* - Muito obrigado, Deputado Márcio Cunha. O seu discurso, como sempre, judicioso e substancial, valorizou muito o meu, e folga-me saber que podemos contar com V. Exa. nessa empreitada, que é do povo mineiro.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Caro Deputado Ermano Batista, gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhantismo com que V. Exa. abordou o tema da UEMG.

Isto não me surpreende, porque V. Exa. tem uma farta bagagem política e um elevado grau de intelectualidade, mas, acima de tudo, alegre-me e tenho certeza de que alegrará não só esta Casa, nesta altura da reunião, com um Plenário já reduzido, mas também aqueles que acompanham a transmissão desta reunião pela TV Assembleia. Todos vamos nos regozijar pela sua postura de defensor da UEMG, criada através do art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição mineira, promulgada em 21/9/98.

V. Exa. está de parabéns, porque, ao defender a UEMG, defende aquilo que há pouco defendíamos - a universidade pública. Essa tendência moderna ou, melhor dizendo, o modismo de hoje, que prega o Estado mínimo, deveria, pelo menos, preservar a educação, inclusive a de 3º grau.

Acrescento que comungo o sentimento de V. Exa. expresso em suas palavras elogiosas a esta figura histórica e marcante que é a do Prof. Aluísio Pimenta. Trata-se de um obstinado educador e patriota que merece o reconhecimento de todos nós, independentemente de partido político ou de corrente ideológica, porque é um homem voltado para o ideal da educação.

Parabéns, Deputado Ermano Batista, pelas palavras brilhantes proferidas nesta Assembléia Legislativa.

O Deputado Ermano Batista* - Agradeço ao Deputado Marco Régis, primeiro, pelos adjetivos que V. Exa. me dispensou, fruto de sua bondade e de sua sensibilidade, e, depois, pela determinação que V. Exa. tem sempre mostrado na defesa da educação neste País e neste Estado. Só educando é que conseguiremos a plena liberdade e a plena autonomia.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Nobre Deputado Ermano Batista, antes mesmo de ingressar nesta Casa, de que tanto me orgulho, desde longa data, sempre admirei o grande trabalho com que V. Exa. vem defendendo o povo mineiro. Tenho acompanhado a atuação de V. Exa., sempre firme e forte, a qual, sem dúvida nenhuma, dá a mim, como Deputado estreante, muito ânimo e muita vontade de servir ao meu povo.

Ouvi atentamente o profundo pronunciamento de V. Exa., que, sem dúvida, deverá merecer do povo mineiro e - por que não dizer? - desta Casa o maior respeito. Parabênize V. Exa. por trazer para este Plenário sua brilhante argumentação sobre o papel que nossa Universidade, sem dúvida, orgulho de nosso Estado, tão bem representa na educação do Brasil. Parabéns. Que V. Exa. continue sempre, nessas pegadas firmes e fortes, trazendo ao Legislativo conhecimentos de tão grande importância para a cultura do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Suas palavras caem como bálsamo a nos refrescar na fadiga diária. É importante que, nesta Casa, se dêem as mãos, para que possamos propagar a educação. Quem sabe, no futuro, sejamos chamados "benditos", como disse Castro Alves: "Ó, bendito o que semeia / livros, livros a mancheias / e manda o povo pensar. / O livro, caindo n' alma, / é germe que faz a palma, / é chuva que faz o mar". Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado o momento da emoção que tomou conta das discussões, após o pedido de moratória das dívidas do Estado, apresentado pelo Governo Itamar Franco, já podemos, hoje, no início do terceiro mês do novo Governo Estadual, apoiar-nos na razão para comprovar a lucidez e o acerto dessa decisão político-administrativa tomada pelo Governador do Estado.

Os fatos subseqüentes fizeram e estão fazendo o Governo da União descer alguns degraus do seu pedestal olímpico, na Praça dos Três Poderes. Para muitos, a excessiva centralização do poder nos dá, muitas vezes, a sensação de vivermos, no Brasil, sob um regime imperial de fato. Agora, e a partir dos fatos conhecidos de todos, o poder central dispõe-se ao diálogo e à negociação dos legítimos interesses e necessidades dos Estados membros, que formam e dão sustentação, de fato e de direito, à Federação brasileira.

Ninguém pode colocar em dúvida, honesta e sensatamente, que o encontro que reuniu em Brasília, no mês passado, o Sr. Presidente da República e os Governadores de Estado teve causa e origem na corajosa decisão político-administrativa do Governador Itamar Franco. Este já é, hoje, podemos afirmar, um fato histórico, que será um marco na reconstrução do pacto federativo em nosso País.

As medidas decorrentes das propostas apresentadas naquele encontro irão beneficiar, indistintamente, todos os Estados brasileiros, incluindo, naturalmente, Minas Gerais, na cláusula constitucional que obriga à igualdade de direitos entre todos os entes federados. Mais uma vez, Minas serve ao Brasil, com dignidade e espírito de independência.

Vamos recapitular, em breve síntese, as medidas que, em função das novas relações que estão sendo estabelecidas entre o Governo Federal e os Estados da Federação, em razão da moratória mineira, estão sendo consideradas.

Depois do encontro inicial com o Presidente Fernando Henrique, essas medidas foram avançadas, como sabemos, na primeira reunião da Comissão de Governadores - constituída para dar continuidade a esses entendimentos com as autoridades econômicas federais -, realizada no dia 5 deste mês, com as seguintes definições:

- Revisão do conceito de receita líquida dos Estados, em que receitas como as do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF - e os repasses do SUS, que são transferências federais com destinação específica, deixarão de ser consideradas ganhos em caixa. Deixando de ser contabilizados, o caixa de Minas Gerais registrará ganhos da ordem de R\$420.000.000,00.

- O Governo Federal está promovendo uma revisão de critérios para o cálculo do desempenho das receitas estaduais, ou seja, a base utilizada pela União para estabelecer quanto cada Estado deve receber como ressarcimento pela perda originada com a isenção do ICMS para produtos básicos e semi-elaborados destinados à exportação, determinada pela Lei Kandir. Esse instrumento fiscal, como sabem os senhores, já acarretou a Minas Gerais, pela renúncia fiscal compulsória, prejuízo superior a R\$1.000.000.000,00. O Governo Mineiro propõe que esse valor seja abatido das parcelas da dívida, com dedução inicial sobre o total da dívida do Estado, de R\$600.000.000,00.

- Criação dos Fundos Estaduais de Previdência, buscando atenuar a situação dos Estados na crítica questão previdenciária, que em Minas Gerais alcança um déficit de R\$1.000.500.000,00 e compromete 40,5% da folha com os aposentados. Presentemente, o Governo Itamar Franco está examinando dois estudos feitos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal nesse sentido;

- Outra proposta do encontro de Brasília é o envio ao Congresso, pelo Executivo Federal, de projeto fixando regras para a utilização de recursos decorrentes de depósitos judiciais. Esta iniciativa permitirá aos Estados brasileiros trocar esses recursos de depósitos judiciais por títulos estaduais, valor que alcança, em Minas, conforme informações do Tribunal de Justiça do Estado, o montante de R\$400.000.000,00;

- Na próxima rodada de negociações entre União e Estados, marcada para o dia 26 deste mês, deverão estar consolidadas essas e outras propostas, incluída a que envolve precatórios relativos a dívidas trabalhistas, entre outras providências em curso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ressaltar a importância dessa nova composição de forças entre Estados e União, queremos registrar, aqui, as palavras de uma das principais autoridades econômicas do próprio Governo Federal, o ilustre mineiro e Ministro de Orçamento e Gestão, o terrâneo do ilustre companheiro Deputado Dalmo, Professor Paulo Paiva. Ele considera essas propostas, com seus desdobramentos e resultados, uma excelente oportunidade de criação de um espaço para uma administração solidária do País.

Notem bem a expressão empregada pelo Sr. Ministro: avanço para uma administração solidária do País. Mas haveria - perguntamos - espaço para a criação de uma administração solidária do País se o Governador Itamar Franco não tivesse exposto o caótico estado das finanças públicas dos Estados e municípios brasileiros, dando início a todo esse processo de diálogo e negociação entre os Estados e a União?

De igual forma, a situação das dívidas dos municípios para com a União passa também a receber outro tratamento. Além da medida provisória recentemente anunciada, que, num primeiro momento, como questionou o ilustre Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro, só veio atender aos interesses de instituições financeiras e de meia dezena de municípios, o Governo Federal se dispõe a adotar novo modelo para os contratos de refinanciamento das dívidas dos municípios. Isso será feito mediante a extensão do seu prazo para 30 anos, através de contratos a serem firmados com o Banco do Brasil, conforme acaba de anunciar o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Eduardo Guimarães.

Essa abertura para um novo acordo das dívidas mobiliárias dos municípios - que somam um total de R\$24.000.000.000,00, dos quais R\$17.500.000.000,00 agora poderão ser refinanciados - também obedece às mesmas razões, ou seja: coube ao Governo Itamar Franco romper essa ciranda que vinha ocorrendo nas contas públicas do País, nelas prevalecendo uma espécie de jogo de faz-de-conta, isto é, faça de conta que lhe devo, e faça de conta que lhe pago...

Foi essa situação de inadimplência ampla, geral e irrestrita, portanto, que foi tornada pública graças à seriedade e à honestidade com que o Governador Itamar Franco exerce o poder, como uma exigência ética e moral que a si mesmo se impõe.

No fundo de todos esses acontecimentos, podemos antever o caminho aberto para a construção de uma autêntica unidade federativa no Brasil, tema que esta Assembléia Legislativa estará colocando na agenda do debate nacional no próximo dia 15, com o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Minas, unida em si mesma e também unida ao Brasil, vencerá esta crise junto com toda a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se Minas está prestando um grande serviço ao Brasil, o Governo Itamar Franco começa a implantar em nosso Estado um novo modelo de administração pública.

Do amplo e esclarecedor documento recentemente divulgado pelo Governo do Estado, sob o título "A Verdade sobre as Dívidas Herdadas, as Tentativas de Diálogo com o Governo Federal e as Medidas de Ajuste Emergencial Adotadas pelo Governo de Minas Gerais", podemos extrair elementos conclusivos sobre o novo momento político-administrativo que estamos vivendo em nosso Estado.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minas experimenta um novo padrão de qualidade administrativa. Estão em plena execução os ajustes necessários a uma nova etapa do desenvolvimento político, econômico e social do Estado.

Em curto e médio prazos, os mineiros sentirão os positivos efeitos das providências e das medidas já adotadas pelo Governador Itamar Franco. Como se afirma naquele documento, no primeiro dia de governo, foi determinada uma contenção de gastos da ordem de 30% - e foi cumprida. Foram determinados cortes de 25% nos serviços terceirizados - e foram cumpridos. Fez-se cair o custeio crítico a menos da metade, com sacrifícios imensos, mas necessários nessa delicada transição.

E tudo isso vem sendo feito sem nenhuma iniciativa de se demitirem, indiscriminadamente, funcionários, sem se sacrificarem aposentados, mas cortando gastos onde podem, devem e precisam ser cortados, como vem fazendo, em articulação com outras Secretarias, fundações e autarquias do Estado, a Secretaria de Administração, sob a orientação do Secretário Sávio Souza Cruz.

Do lado da arrecadação, por sua vez, estão em curso medidas de aplicação imediata, visando ao aumento da receita do Estado.

As diretrizes e determinações político-administrativas do Governo Itamar Franco, de ajuste emergencial, são incisivas, claras e transparentes, na seguinte ordem: 1- saneamento financeiro; 2- contenção de gastos; 3- austeridade fiscal; e 4- aumento da receita.

As medidas já adotadas pelo Governo de Minas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vêm proporcionando uma economia mensal de R\$23.000.000,00 nas despesas do Estado. Considerando a soma desses valores no exercício anual, da ordem de R\$302.000.000,00, temos praticamente dois terços do total da arrecadação mensal do Estado.

Temos, igualmente, integrando esse elenco de medidas destinadas a recuperar a racionalidade administrativa e a própria governabilidade do Estado, já em fase final de estudos, como dissemos, um amplo processo de revisão das renúncias fiscais - ou dos chamados incentivos fiscais concedidos pelo Estado; essa revisão deverá ser feita mediante entendimentos com esta Casa nas mudanças que necessitarem de autorização legislativa, a fim de se adequar o conjunto desses incentivos à nova realidade sócioeconômica do Estado.

No campo da educação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão sendo implementadas ações em plena sintonia com a Carta dos Educadores Mineiros, com 15 ações já desencadeadas pelo Secretário Murílio Hingel. Queremos destacar a grande iniciativa que representa a implantação do Sistema Mineiro de Educação, em articulação com o Conselho Estadual de Educação, a UNDIME e as Universidades do Estado de Minas Gerais e de Montes Claros, a serem vinculadas à Secretaria da Educação.

Foram renovados entendimentos com o Banco Mundial para introduzir alterações no projeto educacional mineiro, financiado com recursos daquela instituição, no programa Pró-Qualidade. Mediante a utilização da TV Interativa, com participação da Rede Minas, foi institucionalizado, em contato aberto com todas as escolas de Minas, o Fórum Mineiro Permanente de Educação, visando à construção da Escola Cidadã, com o envolvimento da comunidade em projetos de melhoria da educação escolar. E já teve início, com a participação de todos os segmentos interessados, um amplo estudo sobre o plano de cargos e salários na área da educação. E um novo censo escolar do Estado - instrumento importantíssimo para o planejamento do Programa Educacional Mineiro - já está sendo concluído na última semana deste mês.

No campo dos transportes, tivemos nesta Casa, com a presença do Diretor-Geral do DER-MG, Dr. Antônio Bortoletti, uma ampla e clara visão do Programa Rodoviário Mineiro, a ser implementado pelo Governo Itamar Franco, com a previsão de investimento da ordem de US\$550.000.000,00. Esse programa prevê pavimentação e restauração de 2.200km de estradas, a conclusão da duplicação da Fernão Dias, cabendo destacar a prioridade conferida à duplicação da BR-381, entre Belo Horizonte e João Monlevade, e sua extensão até Governador Valadares. Esse programa não poderá, de forma alguma, ser prejudicado em função do processo de renegociação da dívida estadual junto à União, mesmo porque, como dissemos de início, essa renegociação alcança hoje todos os Estados brasileiros e se aplica constitucionalmente a Minas Gerais.

Também no setor de obras públicas, como nos informou o Diretor-Geral indicado para o DEOP, Dr. Marcos Terra, obras essenciais estão tendo sua continuação assegurada, incluindo o Pronto Socorro de Venda Nova, o lote 1 das obras do Arrudas, com recursos do PROSAM, bem como as reformas em curso de unidades do sistema penitenciário e as 64 obras em prédios escolares do Estado.

Com a lúcida, serena e objetiva exposição feita nesta Casa pelo Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Alexandre Dupeyrat, comprovamos o extraordinário esforço que vem sendo realizado na promoção do saneamento financeiro do Estado, além das ações articuladas entre as Secretarias da Fazenda, do Planejamento e de Coordenação Geral da Administração e Recursos Humanos para promover a racionalização da despesa pública em Minas Gerais.

Tudo isso demonstra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que começa em Minas um novo padrão de qualidade administrativa.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, manifestamos nossa mais profunda convicção de que o Governo Itamar Franco, no plano político nacional e na administração do Estado de Minas Gerais, pelos atos e fatos aqui mencionados, está prestando uma histórica contribuição à causa democrática em nosso País, reabrindo o debate sobre as grandes questões nacionais e dando, a partir de Minas, um autêntico exemplo de honradez e de seriedade no exercício do poder.

A primeira e principal destinatária dessa contribuição e desse exemplo é, direta e indiretamente, a sofrida população brasileira, que espera - e por quanto tempo mais haverá de esperar? - por um governo mais humano e mais comprometido com o resgate de nossa imensa dívida social.

Essa, sim, é a mais grave de todas as dívidas; a que exige soluções de urgência, presente que está na distribuição da renda, na questão da terra, no atendimento à saúde, no acesso à educação, na alimentação e na habitação, nas oportunidades de trabalho e no valor do salário, enfim, em todos os indicadores sociais do Brasil.

Lutar por um novo projeto nacional e bem governar Minas Gerais, eis o compromisso inarredável que o Governador Itamar Franco assumiu com a valorosa gente de Minas Gerais, compromisso que rege seu pensamento e sua ação político-administrativa em nosso Estado, no alto cumprimento de seu mandato como Governador dos mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Nobre Deputado Alberto Pinto Coelho, em meu nome e no da Bancada do PMDB desta Casa, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo seu discurso, especialmente pelo relato sucinto, porém cronológico e correto, sobre esse início de Governo. Nós, do PMDB, que, nesta Casa, estamos compondo a chamada base do Governo, temos a compreensão exata do momento difícil que Minas está vivendo.

Portanto, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo, pela difícil, árdua, mas honrosa tarefa de ser Líder do Governo nesta Casa. Sabemos que isso não é fácil, pois somos 77 líderes, e cada um de nós representa milhares de mineiros, que esperam, no exercício de nosso mandato, encontrar soluções e, na pior das hipóteses, a perspectiva de uma vida melhor. Então, a nossa responsabilidade é muito grande, mas a de V. Exa. é, sem dúvida, maior ainda. Receba, pois, em meu nome e no da Bancada do PMDB, nossos votos de congratulações, nosso respeito pelo seu trabalho e nossa solidariedade.

O discurso de V. Exa., do qual solicito uma cópia, faz um relato fiel da situação que estamos vivendo, além de conter um tom importante, isto é, a conciliação. Ontem, durante o debate com o ex-Secretário João Heraldo, dizia que, no meu entendimento, o Governo anterior cometeu dois grandes pecados. Um deles, chamei de venial, porque, concursivamente, o Governo Federal é o grande culpado no que se refere à questão administrativa. Foi também cometido um pecado mortal, ou seja, o pecado político, pois o Governador Azeredo não impôs ao Brasil a importância das terras de Minas Gerais. Embora isso não seja, da nossa parte, um discurso de retaliação, temos de olhar para a frente, porque as pessoas esperam soluções.

Considero muito importante explicar o que estamos vivendo, porque as dificuldades pelas quais estamos passando são muitas. Hoje, e a cada dia mais, tenho orgulho do nosso Governador, que teve a coragem, a sensibilidade e a sensatez de declarar a moratória, não decretar a moratória, o que já vinha sendo feito pelo Governo anterior. Conforme V. Exa. citou, o DER-MG é um exemplo disso. Por meio de uma notícia publicada num jornal, tomamos conhecimento de que um Juiz estava interditando uma estrada por falta das mínimas condições de uso. O DER-MG precisa ter recursos para fazer o mínimo necessário, ou seja, a manutenção das estradas. No entanto, desde outubro do ano passado, nem isso estava sendo feito. Realmente, a situação está terrível.

O Governador, então, declarou a moratória, e não como publicaram alguns veículos de comunicação - nos quais Minas foi realmente humilhada - que iríamos dar o calote. Definitivamente. O Governador nunca falou em calote, nem sequer em moratória, mas falou sobre as dificuldades, dizendo que pagaria, sim, mas aquilo que fosse possível, porque o próprio ex-Governador, por meio de uma mensagem enviada em 1997 a esta Casa, declarou a dificuldade para pagar aquela dívida. Portanto, devemos reconhecer, na figura do nosso líder maior, o Governador do Estado, alguém que realmente pensa em Minas Gerais. Além disso, anteviu, com uma clareza que temos de elogiar, o que iria acontecer.

O nosso Governador é um homem de 68 anos de idade, já foi Presidente da República, Senador por 16 anos, Prefeito de sua cidade e não tem determinadas vaidades. Ele sabia que ir àquela reunião de Governadores com o Presidente seria para sair em fotos de jornais e para criar um fato político. Portanto, enganam-se aqueles que dizem que o Governador não quer diálogo. Ele quer o diálogo, sim, mas quer conversar sobre aquilo que interessa a Minas. Ele é Governador de Minas, não vai lá para ser garoto-propaganda, para desfilar ao lado do Presidente da República, porque, definitivamente, não precisa disso e não tem mais esse tipo de vaidade.

E foi dito e feito. Ontem ouvimos o relato do Dupeyrat, e depois do João Heraldo, de que o Rio Grande do Sul, conforme tinha visto em alguns jornais, não está conseguindo absolutamente nada do que tinha previsto, até porque, se o Rio Grande do Sul conseguir alguma coisa, Minas Gerais tranquilamente vai conseguir.

O Governador está no caminho certo, está lúcido. A cada vez que expomos para a população a situação real do Estado de Minas Gerais, o povo compreende ainda mais que o nosso Governador tem a lucidez e a sensatez de estar preservando os valores da nossa terra e da nossa gente. Parabéns, nobre Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Quero fazer um agradecimento às palavras elogiosas de estímulo do Deputado Márcio Cunha, que chega a esta Casa trazendo uma bagagem muito grande e que, com seu brilho, já começa, com toda certeza, a despontar, pelo seu denodo à causa pública. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Nobre Deputado, quero, antes de tudo, parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, pela sua postura, pelo seu comportamento. Realmente, é de admirar. E isso nos alegra muito e enobrece sobremaneira esta Casa. O discurso de V. Exa. é rico de conteúdo, tem muitos pontos positivos, mas me permito ressaltar um ponto que reputo como o mais importante: foi o momento em que V. Exa. convoca Minas, na expressão de V. Exa., a unir em si e a unir-se com o Brasil. Minas também é Brasil, Minas é membro desse corpo que gostamos, que amamos e que defendemos. A hora, Excelência, é de união, a hora é de somar, não é de dividir. A divisão e o isolamento são próprios de trogloditas e não de estadistas. V. Exa. é um estadista. Meus parabéns. Vamos nos unir e defender os interesses de Minas acima das questões partidárias. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Aproveitando a sobra de tempo, quero agradecer as palavras que, vindas do Deputado Ermano Batista, têm um significado muito grande para todos nós, pelo seu exemplo nesta Casa, pela sua demonstração de competência e de homem público que é. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 547/98

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/12/98, pág. 27, col. 1, onde se lê:

"do Deputado João Batista de Oliveira", leia-se:

"do Deputado João Leite".